MUNICÍPIO DE LOULÉ
Assembleia Municipal
Código Postal 8104-001

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Acta N.º 7/2010
Sessão Ordinária de 22 de Dezembro

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, **sob a presidência do Prof. Mário Patinha Antão**, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sexto, do Regimento, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: ---
---

----------**Lista de Presenças**: ----------

---
22 Deputados Municipais do PSD – Mário Patinha Antão, (Presidente), Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha (1.ª Secretária), Maria José Botelho da Palma Bento Vasques, Gilberto José Carapeto de Sousa, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Mário Baião Botelho da Silva, Carlos José das Neves Catarino, Irina Alexandra Mendes Martins, Fábio Manuel da Silva Bota, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Analídio Correia da Ponte, José João Gonçalves Guerreiro, Telma Isabel Domingos Apolónia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Sandra Maria Pestana Farinha Neto, Eugénio Manuel Coelho Guerreiro, (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Fernando Manuel Guerreiro Vargues Presidente da Junta de Freguesia de Benafim, José Coelho Mendes (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Rosa Maria Sousa Farias Caliço em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Querença), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Horácio Correia da Piedade, (Presidente da Junta de Freguesia de Sebastião), Carlos Alberto Viegas Grade Presidente da Junta de Freguesia da Tôr; ----------
---
---
14 Deputados Municipais do PS – Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Maria

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Helena Serafim Baptista, Rui Eugénio Ferreira Lourenço, Luis Miguel Cristóvão Mealha, Carlos Gabriel da Silva Carmo, Hugo Filipe Pereira do Rosário, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, Fernando Domingos Santos, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte Silva (2.ª Secretária), João Manuel de Sousa Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Abílio Vargas de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de Ameixial), Rui de Sousa Mogo (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Pedro Maria Neves de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente); ----------

1 Deputado Municipal do BE – Carlos José da Silva Martins; ----------

1 Deputado Municipal do CDS-PP – José Casimiro Ribeiro de Mello; ------

Apresentaram pedido de suspensão de mandato: ----------

O Sr. Deputado Helder Manuel Faria Martins, a Deputada Maria Graciete Botelho Freitas, ao Deputada Paula Alexandra Martins Moura, a Deputada Jamila Madeira e Madeira, o Deputado Carlos Manuel Pontes Costa, a Deputada Cristina Isabel Santos Brito, o Deputado António José Pinto Farrajota (CDS-PP), o Sr. Manuel Viegas dos Santos (Presidente da J. F. de Querença). ----------

Ordem de Trabalhos

1- Período de Antes da Ordem do Dia;

2- Período de Intervenção do Público (Parte I);

3- Período da Ordem do Dia:

a)**- Proposta 28/2010** – Aprovar a autorização para a contracção do empréstimo de curto prazo no montante de 5.000.000,00 EUR, com prazo máximo de 1 ano, nos

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

termos da proposta, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;

b) – **Proposta 29/2010 -** Aprovar o projecto-proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2011, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.
Aprovar a actualização de 0,9% da tabela de taxas e licenças, de acordo com o índice de inflação do INE referente ao mês de Outubro, conforme estabelecido no artigo 16.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Concelho de Loulé;

c) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da actividade municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

---

4 – **Período de Intervenção do Público (ParteII)**

A sessão foi aberta pelo senhor **Presidente da Assembleia,** que disse:----------
- Boa noite a todos os presentes. Sem prejuízo da qualidade do nosso debate democrático, pedia como é habitual a todas as bancadas, se possível uma concisão nas intervenções de maneira a podermos gerir o nosso tempo de uma forma eficaz.----------
Vamos então entrar no Período de Antes da Ordem do Dia e a palavra cabe designadamente aos senhores coordenadores das diversas bancadas para introduzirem os temas que pretendam que seja objecto de debate nesta fase inicial da nossa Assembleia.----------

Vamos seguir o regimento e distribuir os tempos, a mesa terá o cuidado de avisar as respectivas bancadas, quanto à forma como a utilização do tempo, de forma a cumprirmos esta orientação geral. ----------
A mesa aceita inscrições para temas em debate no Período de Antes da Ordem do Dia.----------
---

Foi dada a palavra ao senhor **deputado Luis Mealha (PS)**, que disse:----------
- Boa noite à Assembleia, à Câmara, mesa e público.
Nesta primeira intervenção, pretendemos congratularmos pela abertura da avenida nascente de Loulé, mas por outro lado, temos uma outra estrada que é a 125-4 cujo andamento das obras está um bocadinho atrasado. Como munícipes e como utentes dessa estrada, vemos que as obras estão a decorrer já há bastante tempo, desde as vésperas das últimas eleições do ano passado. Pelo ritmo que estão a imprimir, ainda vamos ter meses ou anos, se calhar até ás próximas eleições, até à véspera das próximas eleições, para concluir aquela estrada.----------
O prazo contratado sei que foi de trezentos dias e pergunto então quais são as prorrogações de prazo que estão aprovadas, quais os motivos pelas quais teve que haver prorrogações de prazo. Qual o prazo previsto para a conclusão desta empreitada e se a Câmara prevê, fazer a segunda parte da segunda, fase com as variantes Norte da Goncinha e Alfarrobeira, para finalmente termos a tal denominada ligação em quatro faixas a Faro. Boa noite. Muito obrigado.----------
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE),** e disse:------
- Boa noite digníssima mesa da Assembleia, digníssima Câmara, deputados municipais, público presente.----------
Temos uma proposta de recomendação que foi enviada para os serviços da Assembleia. Foi efectuada a sua distribuição pelos membros e pela mesa e gostaríamos que fosse distribuída novamente fotocópia da dita proposta de recomendação. O documento foi enviado para a Assembleia no dia vinte e um com a respectiva proposta e gostaríamos que fosse discutida antes do Período da Ordem do Dia.----------
Por outro lado, salientamos mais uma vez, é marcada uma Assembleia, sem que os representantes dos grupos municipais tenham sido ouvidos, quer na marcação da data da reunião, quer na elaboração da Ordem de Trabalhos. Julgamos que esta sessão deveria ter ocorrido na sexta-feira ou não tão perto da época que se aproxima. As sessões da Assembleia não podem ser marcadas de acordo com interesses pessoais de alguém, mas tão-somente por consenso. ----------
Neste sentido, proponho que o desdobramento do ponto 3, alínea b), para que a sua discussão e votação, seja efectuada em separado. Isto é, no ponto 3 da alínea b), tem duas propostas para aprovar, uma o Orçamento e Grandes Opções do Plano e outra a actualização da taxa das tabelas de licenças, portanto são dois assuntos sucintos e que devem ser discutidos em linhas diferentes.----------
Por outro lado, solicitamos ao senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal, uma vez que o ponto c) é a apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade municipal, nos termos da alínea citada, acontece que esta alínea obriga não só a apresentação da actividade municipal,

mas a que obrigatoriamente será acompanhada da situação financeira do município, informação essa que devia ter vindo com a convocatória. Não veio e infelizmente, até hoje, também não foi distribuída aos deputados municipais.----------
Por outro lado, julgo que a obra da avenida nascente de Loulé, apesar de todos os seus atrasos, acho que é uma obra que dignifica uma das entradas da sede do concelho e no entanto julgo que deveria ser dispensado este tipo de inaugurações, porque são custos a somar a custos e quando uma obra que já está concluída, mas como veremos mais à frente, vamos discutir no orçamento da Câmara essa mesma obra e ainda tem cerca de 1,3 milhões de euros para pagar. Seria mais justo, mais transparente, nós abdicarmos da inauguração e termos pago realmente em tempo e horas ao empreiteiro. Obrigado.----------
---

Interveio o senhor **deputado Pedro Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente - PS)**, e disse:----------
- Muito obrigado senhor Presidente. Boa noite exma mesa, Executivo da Câmara Municipal, das 2 bancadas, exmo público.---
Só uma solicitação, se é possível a Câmara ceder à Junta de Freguesia, um desenho do projecto do prédio da variante à 125-4, numa escala mais pequena, ou seja um desenho maior, de forma a podermos ajudar um pouco melhor as pessoas que se têm dirigido à Junta, uma vez que há pessoas que têm alguma dificuldade de ir a Faro à CCDR ou à Câmara Municipal e é mais fácil dirigirem-se à Junta, é que com uma escala mais pequena, mais reduzida é mais fácil. As pessoas querem ver a sua casa, querem ver a sua propriedade e assim conseguiremos dar uma explicação mais precisa. Muito Obrigado.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Interveio o **senhor deputado Hugo Nunes (PS)** e disse:----------
- Exma mesa, senhores vereadores, senhor Presidente da Câmara, exmos membros da Assembleia Municipal, senhor Presidente.----------
Queria comentar a intervenção do senhor deputado Carlos Martins, dizer que relativamente à marcação da Assembleia, nós obviamente acompanhamos a preocupação que o deputado do Bloco de Esquerda trouxe. No que diz respeito ao desdobramento do ponto b), nós não temos conhecimento da proposta que daria origem ao desdobramento, só recebemos a documentação que estava disponível na plataforma informática e na documentação que nos foi entregue em papel, só recebemos a documentação referente às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento, portanto não estamos em condições de votá-la. ----------
No que diz respeito à questão da informação municipal, o senhor deputado do Bloco de Esquerda tem obviamente razão. A lei prevê que há um conjunto de documentos que devem ser entregues e portanto é obviamente relevante, até seria mais relevante na Assembleia de hoje, pela natureza do tema que será concerteza o tema principal da nossa agenda.----------
No que diz respeito à proposta de recomendação do Bloco de Esquerda, é que ficamos um pouco perplexos com a oportunidade, sendo esta uma Assembleia que vai decorrer a meio de uma semana de trabalho, que tem já um documento para votação de singular importância para o município. Não percebemos o momento escolhido pelo Bloco de Esquerda para apresentar esta proposta de recomendação. Por outro lado a própria proposta de recomendação, não sabemos se o Bloco de Esquerda quer, com isto, aparecer nalgum jornal local, se é essa a intenção. Porque há

aqui um conjunto de questões que estão por esclarecer. Qual é o instrumento que verdadeiramente deve ser alterado? É porque o Bloco de Esquerda faz aqui propostas que visam o PDM, mas neste caso o POC tem outro tipo de poderes, sobrepõe-se aqui ao PDM, neste caso. Para além disso a área de classificação proposta para a Foz da Ribeira da Almargem, nós não conhecemos esta área, o Bloco de Esquerda tem uma proposta concreta sobre isto? Qual é a área que pretende que seja classificada? Não conseguimos depreender isso. Por outro lado nos dois pontos conclusivos da proposta do BE, o ponto 2 acaba por ser um pouco confuso. Diz o Bloco de Esquerda, "…para esse efeito deve ser estimulada a participação da população nesta discussão, para que em conjunto com as entidades interessadas se encontre a melhor solução para a defesa e requalificação desta pequena área húmida do litoral da freguesia de Quarteira".----------
No entanto o ponto um fala do Plano Director Municipal e portanto concerteza que a discussão a que o Bloco de Esquerda se pretende referir aqui, será a do Plano Director Municipal. Parece-nos um pouco confuso, se calhar o senhor deputado para conseguir ter este assunto na agenda da reunião de hoje, não conseguiu concretizar tanto quanto gostaria ou tanto quanto deveria. Nós não conseguimos perceber exactamente o alcance daquilo que o Bloco de Esquerda pretende com esta proposta.----
---

Seguidamente interveio o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, que disse:----------
- Boa noite senhor Presidente, exma mesa, exmo executivo, senhores deputados, exmo público. É uma intervenção muito simples, também acabei de receber cópia da proposta de

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

recomendação do Bloco de Esquerda, com a qual não posso concordar.----------
Não concordo com a oportunidade, tal como disse o senhor deputado Hugo Nunes, de facto, sem qualquer menosprezo para o interesse deste assunto, temos outras matérias permentes para discutir e aprovar nesta Sessão. Por outro lado, é manifestamente impossível que nos pronunciemos sobre esta matéria, porque não é uma matéria simples, não são dois mais dois, e além de que também concordo que há aqui na redacção alguma confusão. Dá-me a ideia de que o Bloco de Esquerda quer incluir aquela zona na revisão do PDM, presumo que seja isso e depois no ponto 2, que haja uma discussão pública, deve ser a Associação Almargem que está aqui a meter uma cunha ou qualquer coisa assim do género, porque de facto não há muito para discutir. Aquilo já tem tantas condicionantes em cima, que é manifestamente impossível a alguém fazer lá alguma coisa, é impossível e na nossa administração pública desconcentrada, não faltam técnicos ou pseudo-técnicos que tudo farão para que nada se faça lá. De maneira que não precisamos de mais nenhum instrumento para ter aquilo tal como está; precisávamos sim de alguma flexibilidade da administração pública central, desconcentrada para a Câmara poder elaborar um plano de recuperação daquela zona, assim vai continuar como lixeira. Não vejo aqui qualquer crítica à actuação da administração pública central ARH, ICNB etc. Não vejo qualquer crítica, é parar por parar.----------
Como dizia hoje um amigo meu, Portugal precisa de uma revolução, começando por Lisboa, Terreiro do Paço, abrir as janelas e dar ar aquelas casas. Precisamos de uma revolução cultural na administração pública, porque enquanto não tivermos

uma revolução cultural na administração pública, o país vai continuar parado e não me parece que seja com iniciativas destas que possamos contribuir para qualquer andamento do país, ou para a resolução de qualquer problema real do país. Concordo inteiramente com este meu amigo, que hoje de manhã me afirmou isto. Concordo de facto, precisamos de dar ar à nossa administração pública.----------
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE),** e disse:------
- Eu compreendo o sentido de oportunidade da discussão desta proposta. Poderá até ser transferida para outra reunião, não temos nenhum interesse em estar contra isso.----------
Julgamos que a proposta foi enviada, para que as pessoas pudessem lê-la, apreciá-la, criticá-la, melhorá-la. ----------
O que está aqui em causa, é que, apesar daquela zona ser uma zona de muitas condicionantes, não há nenhum instrumento que proíba aquilo que o senhor pensa que não se pode fazer. Portanto a única coisa que estava aqui em causa, era que recomendássemos à Câmara, que no âmbito da revisão do PDM em curso, aquela zona fosse classificada como uma zona de interesse municipal, de interesse pela conservação daquela área degradada, como você diz e muito bem, onde os interesse imobiliários ali à volta ainda não abandonaram os seus projectos e para evitar que realmente aconteça como por erro não sei de quem, o Parque de Campismo de Quarteira, não foi cartografado no PDM, como um equipamento de interesse colectivo e acabou por ser aprovado lá um Plano de Urbanização e aquele Parque de Campismo de Quarteira vai para outro lado como o senhor sabe. ----------
---

O ponto dois, é um ponto pós discussão no âmbito do PDM, de realmente dar contributos do que é que realmente será melhor para aquela zona. Nós temos muitas ideias para aquela zona, ela não pode é continuar ao abandono. A Câmara diz que a responsabilidade é da ARH e como não tem dinheiro para meter os selos, que deve ser ali da Comissão Coordenadora do Ambiente e aquela zona continuar a degradar-se e mais ainda, a ser condicionado o seu uso. Não há muito tempo, deve estar recordado, foi vedada o acesso aquela zona, que do lado do Trafal está vedado uma parte. Portanto para evitar essas coisas, nós suscitamos e gostaríamos que este assunto fosse discutido em Assembleia Municipal, a oportunidade de ser hoje, essa discussão não é relevante, portanto a Assembleia é soberana e podemos agendar este ponto para outra Assembleia próxima.----------

O senhor **Presidente da Assembleia,** interveio e disse:----------

- Obrigado senhor deputado. Sem prejuízo de dar de imediato a palavra ao senhor deputado João Martins, julgo que aquilo que foi expresso relativamente a este ponto específico, foi no sentido de que esta é uma matéria, para poder ser agendada para uma próxima Assembleia. De resto o próprio partido preponente assim o propôs agora. Interpretando este sentimento geral, parece-me que a mesa poderá concluir, se não for esse o caso, farão o favor de indicar, poderá concluir que esta matéria será objecto de ponderação numa próxima Assembleia e naturalmente será objecto de agendamento para a próxima Assembleia. Creio que isto resume o conteúdo do debate até agora sobre este ponto. Assim sendo dou a palavra ao senhor deputado João Martins.

Interveio o senhor **deputado João Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil -PS)**, e disse:----------
- Muito obrigado senhor Presidente, exma mesa, Exmo. Executivo, senhor Presidente, exmas bancadas, exmo público, boa noite a todos.----------
Queria aqui deixar duas notas ao Executivo, uma delas que eu consideraria agradável, outra menos agradável. Contudo e se me permitem, deixaria uma primeira nota referenciando que o seu Presidente da Câmara acompanhado do senhor Vice Presidente e da senhora vereadora, estiveram ontem em Almancil numa visita que eu diria de cortesia social, mas muito digna, visitando as instalações do Centro Comunitário, nomeadamente a nova valência de lar daquela casa, da Associação Cultural e Social e Almancil. Queria deixar aqui uma nota de apreço pela forma como a visita foi conduzida, como a preocupação foi demonstrada pelo evoluir de toda a situação social, não só daquela casa, como eu muita das vezes apelido aquela casa, como a "almofada social" mais abrangente a sul do Tejo, embora não o pareça para muita gente, mas é de facto assim. Ontem o senhor Presidente da Câmara teve a oportunidade de confirmar isso. Portanto queria deixar esta nota de registo com um sentido de agradabilidade pela presença do senhor Presidente, senhor Vice Presidente, senhora vereadora demonstrando uma preocupação por estas questões e sobretudo num período em que recaem redobradamente sobre todos nós as questões sociais como todos nós sabemos.----------
Uma nota de registo muito digna pela presença da Câmara ao mais alto nível e preocupando-se com aquela situação. ----------
A outra nota, nós já trocamos algumas impressões, eu próprio já comuniquei à Câmara estas situações. Almancil está a ferro e

fogo, embora também não pareça, mas o facto é que está a ferro e fogo.----------
Parece que as vias principais de comunicação da vila e da própria freguesia foram bombardeadas.----------
Todos nós sabemos que o tempo não tem permitido que tudo isto se possa resolver, mas há atrasos significativos nas obras e sendo Almancil um eixo principal de circulação, podemos desde logo ir por aí constatar todo um conjunto de preocupações não só das pessoas que têm que transitar pela vila, como dos próprios habitantes residentes. ----------
Eu sei que a Câmara tem feito um esforço, ainda hoje mesmo mandou logo no seguimento das chuvas, tapar alguns buracos, mas não são suficientes. Já tive oportunidade de falar com o senhor Vice-presidente, aquilo não é buracos são alçapões autênticos. Nota-se também que nas obras mais a nascente, nomeadamente naquelas obras que dizem respeito ao saneamento básico é pouco visível e palpável os serviços da empresa que tomou conta das operações. Tem que ser feita alguma coisa nesse sentido pela entidade, neste caso a Câmara, temos que ver o que é que se está a passar, porque há um conjunto de reclamações muito abrangente sobre esta matéria. Há pessoas que, inclusivamente, e embora isso pareça caricato não estão a poder sair das suas casas com os veículos e isto é complicado. No entanto eu tenho uma nota positiva aqui, uma referência que o senhor Vice-presidente fez há pouco, já aqui no espaço da Assembleia, de que que amanhã visitará a freguesia a este propósito.----------
Eu também acho que é sempre de bom tom que assim seja a este nível a visita do senhor Vice Presidente. Registo também com agrado a sua presença amanhã e aquilo que quiser disponha da minha pessoa, estarei consigo no terreno se assim o entender e

também para todos nós em conjunto podermos dar as respostas convenientes. Muito obrigado senhor Presidente.----------
---

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia,** disse:--------
- Se houver mais alguma intervenção, agradeço que façam sinal para intervirem, parece-me que não. Vou dar a palavra à exma vereação para responder a todas as questões suscitadas, para depois passarmos à Ordem do Dia.----------
---

Interveio o senhor **Presidente da Câmara**, e disse:----------
- Muito obrigado. Boa noite senhor Presidente, exma mesa, senhores deputados, exmo público.----------
Estamos hoje na última reunião da Assembleia Municipal deste ano, mais um ano percorrido com resultados à vista de todos, são certamente resultados positivos no que diz respeito à concretização dos objectivos que nos propusemos no início com a concretização de algumas obras, com a continuação de outras e fico de certa forma satisfeito com o facto das questões que aqui foram colocadas hoje antes da Ordem do Dia, dizerem respeito a obras que a Câmara tomou a decisão de iniciar há algum tempo atrás e que vieram de certa forma modificar completamente a imagem da nossa cidade e inclusivamente do nosso concelho.------
Dizia o senhor deputado Luis Mealha, que se congratulava com a concretização da avenida nascente que faz parte de um conjunto de avenidas de entradas em Loulé, que nós ao longo destes mandatos temos conseguido concretizar, desde a Avenida Andrade de Sousa, que veio alterar completamente a imagem da entrada de quem vinha de Quarteira, a avenida Parque das

Cidades, que veio também dar uma nova imagem a quem vem da cidade de Faro e do Parque das Cidades. A avenida nascente que está concluída, a ligação da rotunda da Circular Norte para quem vem de Salir, também está a ser desenvolvida e que esperamos que esteja concluída no princípio do próximo ano, se não for antes do final do ano, provavelmente já não será, mas no princípio do próximo ano e portanto praticamente temos todas as entradas da cidade de Loulé ao longo destes 8 anos de mandato temos estado à frente dos destinos da Câmara, que vieram dar uma imagem moderna, uma imagem completamente diferente para quem se disponha vir à cidade de Loulé. Depois colocou-nos perante a situação de uma outra obra que foi uma decisão tomada há já oito anos, no início do 1º mandato, que foi a requalificação da 125-4 que é uma obra fundamental do nosso ponto de vista para o desenvolvimento e o progresso da nossa cidade; desde logo porque vai fazer a ligação ao Parque das Cidades, ao Estádio Algarve, ao futuro Hospital Central, ao aeroporto e à capital do distrito que foi esta também, apesar de nós sempre termos defendido que deveria ser uma obra da responsabilidade do Governo, porque à semelhança daquilo que foi decidido por outras ligações da 125, como a ligação que vai ser feita a S.Brás de Alportel, a ligação a Monchique também, mas que Loulé não foi contemplado. Nessa circunstância nós tomamos a deliberação, por considerar que é uma ligação estratégica que vai permitir um novo desenvolvimento à nossa cidade, fazê-la e fizemo-la, dividimo-la em duas partes, uma parte de requalificação urbana dentro da Goncinha e dentro da Alfarrobeira e a transformação em quatro faixas nos troços situados entre as mesmas. Como não era possível o alargamento dentro das povoações que já estão consolidadas, foi criada uma nova opção com variantes à Goncinha

e à Alfarrobeira e são estas duas partes que estão agora, precisamente, em discussão pública, porque obrigam a estudo de impacto ambiental e que nos levou a dividir a obra em duas fases, a fase que está neste momento a decorrer e a fase que irá ser iniciada à posteriori.----------

De qualquer das formas com atrasos e ninguém gosta dos atrasos, nós queremos é que as obras tenham o menor incómodo possível, porque as obras quando são decididas, além do investimento, do esforço financeiro que todos fazemos, queremos que as pessoas fiquem satisfeitas com as obras que estão a ser feitas e não queremos que o efeito se torne negativo, relativamente aquilo que nós pretendemos.----------

Infelizmente nem sempre assim acontece e nos tempos que correm, penso que qualquer cidadão deste país é confrontado com as dificuldades porque vivem as empresas, particularmente os empreiteiros de construção civil, empreiteiros de obras públicas, particularmente aqueles de pequena e média dimensão, que são os que mais têm sofrido com a crise e nós no fundo sofremos as consequências dessas dificuldades. Tivemos grandes dificuldades em concretizar a Praça da República, que ainda não está concluída, como todos facilmente podem verificar. Mas conseguimos que fosse feito o essencial, que foi a colocação da calçada e tornar aqui a Praça da República transitável. De qualquer forma os empreiteiros, e estes e outros, nós estamos com grandes dificuldades em conseguir que eles consigam cumprir as obras que ganharam, dizem que têm tido muitos problemas, têm havido uma negociação directa. O senhor Vice Presidente com frequência quase semanal, reúne com os empreiteiros, com os subempreiteiros, porque o que se verifica também e melhor do que ninguém, de uma forma também

bastante próxima, o senhor deputado conhece bem a situação e o que acontece é que as grandes obras públicas são ganhas sempre pelas mesmas empresas. São as grandes empresas a nível nacional que as ganham e depois entregam a subempreiteiros e estes por sua vez a outros subempreiteiros e isto é uma cadeia imensa e que de certa forma obriga a que os pequenos empreiteiros aceitem trabalhos com valores muito no limite daquilo que podem fazer; o que acontece também é que depois com os prolongamentos a situação cada vez é mais difícil. Portanto não é nem responsabilidade da Câmara Municipal de Loulé, eventualmente o Governo também não terá a responsabilidade, pois é uma crise que se atravessa por toda a Europa, mas é curioso assistir aqui a uma interpelação de um senhor deputado, que tem responsabilidades nas Estradas de Portugal e que sabe bem como estas coisas se processam e que vem aqui confrontar a Câmara Municipal com os atrasos de uma obra que naturalmente devia estar mais adiantada, mas que não é possível, porque o empreiteiro não dá resposta.----------
Eu estaria à espera que o senhor deputado viesse aqui hoje tranquilizar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira e eu próprio, relativamente à queda das árvores na estrada que liga as Quatro Estradas a Quarteira, e ainda há quinze dias, uma destas árvores caiu em cima de dois automóveis e que só por milagre não fez vítimas. Na altura foram cortadas essas duas árvores e ficou decidido por indicação nossa do senhor Presidente da Junta de Freguesia que há mais cinco ou seis árvores que estão mortas e que estão em risco de cair, até hoje não apareceu lá ninguém.----------
Esta é que era verdadeiramente uma preocupação, porque põe em risco a vida das pessoas. Penso que nós deveríamos aqui também ,

fazer aprovar aqui uma Moção de alerta para as Estradas de Portugal relativamente a esta matéria, porque estamos em risco de qualquer dia, uma destas árvores cair mesmo em cima de um automóvel e fazer vítimas mortais e aí já é tarde para depois recuperar aquilo que devia ter sido feito.----------
Também estaria aqui à espera que o senhor deputado Luis Mealha, por se encontrar numa situação mais privilegiada relativamente a informações sobre as obras das estradas de Portugal, pudesse vir anunciar o início do troço de encerramento da Circular Norte entre a rotunda do Centro de Saúde e a rotunda das Barreiras Brancas. Essa seria uma boa notícia certamente para todos nós, mas infelizmente, nem o senhor pelos vistos, nem ninguém de momento, pode dar resposta a essa situação. ----------
Passando ao senhor deputado Carlos Martins, gostaria de lhe dizer, que não houve custos na inauguração da avenida nascente Loulé. Não sei onde é que foi obter essa informação, a que é que se estava a referir, mas não houve qualquer custo na inauguração, foi o Executivo, foi o empreiteiro e mais o senhor Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente com alguns membros também da Junta de Freguesia e pouco mais. Foi um dia de semana, não se parou a Câmara para fazer nenhuma inauguração, não se convidou nenhum grupo musical para actuar, portanto não houve aqui quaisquer custos para o município. ----------
É irrisório, numa obra de 2.000.000.00€ (milhões) de euros vir se referir a uma placa! É essa a dimensão na realidade, é por isso é que nós não conseguimos muitas das vezes sair daquilo que nos caracteriza, não termos dimensão para os cargos que desempenhamos.----------

Depois o senhor Presidente Pedro Oliveira, solicitou que fossem disponibilizados documentos a uma escala maior, para que pudesse ser melhor explicado aos moradores. Não é possível, a lei não permite e eu penso que melhor do que ninguém, os técnicos da Câmara, estão disponíveis para explicar a toda a gente, a todos os munícipes, aquilo que for necessário, porque já de si a situação é complexa. Muitas vezes as pessoas são mal informadas, são induzidas em erro e eu verifico isso quando vêm falar comigo, porque lhes é transmitida uma ideia que não corresponde à realidade e portanto eu prefiro que elas venham à Câmara Municipal, que sejam os próprios técnicos da Câmara a Assumir a responsabilidade da explicação, para que no caso de haver erros, nós podermos depois chamar à responsabilidade, quem forneceu esse tipo de informações.----------
Congratulo-me também com as palavras encorajadoras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almancil, relativamente à visita que efectuamos ontem e parece que o senhor Presidente está sintonizado efectivamente com as prioridades do momento.
As prioridades do momento no nosso país e no nosso concelho, estão nas pessoas, nos que têm mais dificuldades, nas instituições de solidariedade social e já agora gostaria aqui de dar conhecimento aqueles que eventualmente não tiveram possibilidade de ouvir as notícias, nem de ler os jornais, ou pelo menos não se aperceberam que o município de Loulé foi o 1º município a abrir as portas dos refeitórios durante o período do Natal, para os alunos que não tinham possibilidade de ter uma refeição diária e pensei que alguém tivesse aqui apresentado ou pelo menos referido esse facto como um facto que dignifica, que orgulha os cidadãos deste concelho e o nosso município e isto

mostra bem o tipo de preocupações que nós estamos hoje, muito mais vocacionados e muito mais preocupados.----------
Fico satisfeito por ver que o senhor Presidente valorizou tanto a nossa visita á ASCA que é uma instituição que nos orgulha bastante, que tem tido um papel meritório e que a Câmara Municipal foi lançar a 1ª pedra, com 1 ano e meio praticamente, penso que a obra se conseguiu pôr de pé bastante rapidamente, está praticamente concluída e irá ser inaugurada no princípio do próximo ano e nesse altura certamente irão receber o convite para a inauguração. É de muita qualidade por aquilo que pude verificar, a Câmara comparticipou já agora com um valor que anda à volta dos 500.000.00€ para esta obra, é significativo, o resto também uma parte grande foi da Segurança Social e outra da própria Instituição e também do tecido empresarial da zona. São precisamente este tipo de inaugurações, de infraestruturas que no momento em que vivemos, são aqueles que são mais apreciados pela população, mesmo aqueles que não precisam, porque ficam com a consciência mais tranquila, que de uma forma indirecta, podem ajudar a tornar a nossa comunidade e a nossa sociedade um pouco mais humanizada, mais equilibrada.----------
Passava a palavra ao senhor Vice Presidente, para desenvolver mais algum dos temas que eu aqui referi, caso queira naturalmente.----------
---

Interveio o senhor **Vice Presidente, José Graça,** e disse:-------
- Em relação à Estrada Loulé/Faro, só queria referir o seguinte; algum do atraso da obra tem a ver com o desbloquear de terrenos que resultaram de um protocolo que foi recentemente aprovado pela Câmara de Faro, pela Câmara de Loulé e pelas

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Estradas de Portugal e seguramente divididas pelas 3 entidades, porque não o foram capazes de o fazer mais cedo, e este mesmo protocolo falta ainda a homologação do senhor Secretário de Estado das Obras Públicas. ----------
Portanto de facto é isto, para além das questões que o Presidente já referiu, é isto que tem feito com que esta obra tenha-se desenvolvido essencialmente numa frente de obra, quando poderia ter 2 frentes de obra com a dimensão que elas têm. A obra penso que está em bom andamento, rapidamente teremos estes terrenos desbloqueados, porque o protocolo finalmente foi assinado e portanto aqui há uns meses a preocupação era a avenida nascente, agora é a estrada Loulé /Faro, mas o que é verdade é que as preocupações como disse o Presidente colocadas aqui esta noite até agora, tem a ver com obras e eu tenho algum receio é que daqui a algum tempo, as preocupações não sejam estas, sejam outras.----------
Espero bem que vamos tendo todos anos e todos meses e todas as Assembleias preocupações de obras, é bom sinal. É sinal de facto que vamos fazendo trabalho.----------
Em relação à questão colocado pelo deputado Carlos Martins da divisão da alínea b) nas duas linhas não há problema nenhum, agora a questão da actualização da tabela de taxas e licenças, está previsto no Regulamento de Taxas e Licenças e o que estamos aqui a propor é uma actualização 0,9% menos de 1% e tem a ver com a taxa de inflação e só isso e que está no Regulamento de Taxas e Licenças da Câmara, a possibilidade que a Câmara tem de propor à Assembleia e a Assembleia aprovar ou não, esta alteração da taxa em termos daquilo que é o valor da inflação e sem ser necessária nenhuma apresentação de nenhum documento.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Não é necessário nenhum documento, se for essa a vontade da Assembleia, poderão concerteza deliberar aqui hoje essa actualização. Refiro que é uma actualização do valor da taxa de inflação.----------
Ainda hoje no telejornal, parece que a EDP vai actualizar em 3.8 e por aí adiante outras entidades noutros índices bem diferentes destes 0.9 que é a proposta que aqui trazemos.----------
Em relação á 2ª fase da obra, este estudo de impacto ambiental nem sequer é da responsabilidade da Câmara, como todos sabem, é da responsabilidade da agência que tem a ver com os estudos de impacto ambiental e portanto todo o processo é preparado pelo Gabinete de Projectos em articulação com a agência e portanto todos os contributos, todas as reclamações, todas as sugestões, todas as propostas que cada munícipe queira fazer, nós Câmara e cada uma das Juntas onde o traçado em si queira fazer, são remetidas de imediato para a agência e é de facto a agência que trata de tudo isso em sede de estudo de impacto ambiental, e portanto mais a Câmara não pode fazer, como também já o Presidente referiu, do que se por lapso falta alguma coisa que foi enviado para a Junta e que existe na Câmara, é evidente que poderemos disponibilizar aquilo que existe, mas mais do eu isso não podemos fazer, porque o processo não é conduzido por nós.----------
Em relação ás obras de Almancil, a EN125 e Almancil-Quinta do Lago, como já foi referido aqui pelo Presidente da Junta de Freguesia, amanhã mesmo haverá uma reunião em obra comigo ás 3.30 da tarde. Hoje os técnicos foram à outra obra, resultante de abatimentos que há no Troto, S.Lourenço e Além. Eu diria que abatimentos há sempre, por vezes de mais dimensão, outras vezes de menos dimensão, mas qualquer obra de saneamento tem

seguramente abatimentos mais ou menos. Os empreiteiros são responsáveis pela manutenção das obras 5 anos após a recepção provisória. Estou ainda convencido apesar de estar já nesta casa mais logo há 9 anos, que não há nenhum interesse por parte do empreiteiro de fazer mal, porque se fizer mal, os custos de manutenção durante este período são elevados, a menos que a empresa entre em falência e portanto não consiga fazer essa manutenção, mas mesmo assim a empresa mesmo que entre em falência tem garantias bancárias que resolvem e que serão assinadas nesses casos. Agora o que é verdade é que nas obras de saneamento há sempre alguns abatimentos, há sempre alguma falta de alguma compactação e ali nesses casos está a haver nas 2 áreas. Por acaso até é uma empresa de grande dimensão e boa parte do trabalho é desenvolvido pela própria empresa, não é tão pouco de subempreiteiros. A empresa tem nome é a MotaEngil é uma empresa de referência a nível nacional, mas o que é verdade é que há de facto abatimentos e aqui a questão dos subempreiteiros não é muito relevante, porque a maior parte do trabalho tem sido feito pela própria empresa, mas por vezes é de subempreitada. Em relação à 125 e de Almancil-Quinta do Lago, a empresa é a Manuel Joaquim Pinto, todos temos a noção das dificuldades que atravessam e aí temos pressionado mais, temos feito mais reuniões, mas o que é verdade é que as obras podiam ter um ritmo maior indiscutivelmente, mas quando as empresas estão menos bem, o ritmo é um pouco este.----------
Eu sinceramente prefiro que elas terminem em obra, do que ter que haver uma outra empresa a terminar a obra.----------
Infelizmente temos algumas situações dessas, desde que estou na Câmara já entraram em falência oito empresas que tinham trabalhos para a Câmara e portanto sei do processo moroso que

é, de fazer a cessação da posição contratual quando isso é possível, quando não é possível voltar a concursar a obra, a paragem da obra, com custos adicionais para a Câmara indiscutivelmente na cessação da posição contratual, os custos podem de facto não se agravar, podemos até ser capazes de concluir a obra com o mesmo preço da empreitada inicial, mas sempre que há um novo concurso, inevitavelmente há um custo adicional que a Câmara tem que suportar na passagem de uma empresa para outra. Portanto a Câmara de Loulé está a fazer isto e penso que a maioria das Câmaras estão a fazer isto e a maioria das entidades públicas…isto um pouco assim, não é por vezes como gostamos, também gostaríamos que as obras andassem com uma velocidade maior, mas de facto por vezes isso não é possível.

Em seguida o senhor **deputado João Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil -PS)**, disse:----------
- Muito obrigado senhor Presidente e também aos camaradas de bancada que me concederam o tempo. É só uma questão e penso que o senhor Presidente não fez isso com qualquer tipo de intenção, mas a Junta de Freguesia de Almancil também foi parceiro na obra e entrou com aquilo que as suas limitações financeiras permitiram. Era só para que conste esta pequena nota de esclarecimento.----------
---

Interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, e disse:----------
- Senhor Presidente, começava por fazer a vontade ao senhor Presidente da Câmara, dizendo que nós sublinhamos agradavelmente o facto da Câmara Municipal de Loulé ter

decidido manter os seus refeitórios escolares abertos durante o período de férias. Registar isso, achamos que essa medida é uma medida boa e que fica muito bem ao Executivo da Câmara Municipal de Loulé tê-la tomado e portanto está aqui o nosso reconhecimento público disso, uma vez que o senhor Presidente sentia falta do reconhecimento da Assembleia, presumo que não fosse do nosso, não tenho essa pretensão, mas o nosso fica aqui, se isso também conforta um pouco mais o senhor Presidente. ----
Da mesma maneira que, eventualmente, até mais do que isso, podia ter desconfortado a si, não é a primeira vez que o senhor Presidente deu a volta a uma questão colocada por um membro da Assembleia, com a obrigação desse membro da Assembleia lhe prestar a si esclarecimentos sobre aquilo que é a actividade profissional dele. Quero dizer que isto não cabe em nenhum dos conceitos que gerou as autarquias, que gerou os órgãos autárquicos, que preside à eleição dos órgãos autárquicos, aliás até acho que não lhe fica nada bem. Se o senhor Presidente tem dificuldades de interlocução com as Estradas de Portugal, pode e deve vir aqui dizê-lo. ----------
Se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira tem essas dificuldades, pode e deve queixar-se aqui na sua Assembleia de Freguesia, mas isso é aceitável, o que o senhor Presidente da Câmara fez não é aceitável misturar aqui as funções profissionais de um membro da Assembleia Municipal com a sua actividade,e utilizar isso para o atacar, quando a pergunta foi feita de uma forma tão serena, até começando por reconhecer a bondade de uma intervenção que o senhor tinha feito. Até depois se seguiu isso com um aparte que também não é nada agradável para o membro do Bloco de Esquerda. Relativamente a uma das questões que o senhor Vice-presidente

colocou, da actualização dos valores do Regulamento de Taxas e Licenças, o senhor infelizmente esclareceu-me aquilo que eu já suspeitava, esta é capaz de ser a primeira deliberação da administração de que eu tenho conhecimento que não tem objecto. Quer dizer que não há uma proposta na Câmara Municipal que tenha resultado numa deliberação. Há uma deliberação que não tem qualquer suporte em lado nenhum. Alguém decidiu sobre algo que ninguém propôs. Confesso que esta ideia é completamente peregrina e portanto tenho dificuldade em compactuar com ela. Não tendo objecto para se pronunciar, como é que alguém se pronunciou? Pode ser uma metodologia nova que eu desconheça.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia,** disse:----------
- Permita-me que refira o seguinte, a título de informação. Penso que o senhor deputado referiu que esta proposta que agora surge para aprovar relativa à actualização da Tabela de Taxas e Licenças não teria tido previamente uma deliberação da Câmara
Creio que, da intervenção do senhor Vice-presidente, resultou exactamente essa afirmação categórica, que a matéria em si não precisava de um suporte documental na medida em que se trata pura e simplesmente de uma actualização em função da taxa de inflação.----------
Creio que foi bem percebido isso. ----------
Permitam-me gastar ainda trinta segundos para o sublinhar e para que não fique dúvidas, porque, eventualmente, no fluir do debate pode haver alguma dúvida.----------
Sobre esta matéria objectivamente, primeiro não há suporte documental, como foi referido, porque há um entendimento que a

matéria não o exigiria, mas em segundo lugar, e é este o sentido da minha intervenção, para que não fique dúvidas nos espíritos de todos, houve de facto uma deliberação da Câmara, sobre este ponto específico e a Câmara de acordo com o registo que a Assembleia tem, que poderei fazer circular caso as bancadas tenham vontade de ter essa informação, a Câmara deliberou por maioria aprovar a actualização de 0,9% da taxa de tabelas e licenças e depois segue até com uma referência às votações e às situações em que determinados senhores vereadores se abstiveram.----------
---

Interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, e disse:
- Para confirmar parte da interpretação que acabou de apresentar à Assembleia, sendo que, a particularidade não é a Assembleia, a Assembleia tem um documento sobre o qual tem um objecto da sua decisão, pode deliberar hoje. A autarquia é que, se bem percebo, deliberou sobre nada. Eu podia ser um excelente advogado, faltava-me era quatro anos do curso de direito, e portanto não quero sê-lo, agora o que me parece é que isto é completamente peregrino, um acto que não tem objecto, porque se a actualização fosse automática não carecia de deliberação e não sendo automática carece de deliberação. ------
---

O senhor **deputado Luis Mealha (PS)**, que disse:----------
- Para dar uma pequena resposta ali ao senhor Presidente da Câmara e também ao senhor Vice Presidente, sobre as árvores da estrada 396. Já na Assembleia passada se falou nisso e eu não me pronunciei porque, efectivamente, essa estrada está

incluída na subconcessão do Algarve Litoral. Pelo menos é essa a informação que tenho, de qualquer maneira a Câmara de Loulé deverá pedir às Estradas de Portugal que informem sobre esse assunto, oficialmente. ----------
A continuação da variante Norte, obviamente que o senhor Presidente da Câmara estará melhor informado do que eu. Gosta de fazer este papel de vítima. É engraçado, eu penso que está em projecto. Deve ter sido essa a informação que lhe têm dado.--
É engraçado que, há cerca de 6 meses, foi inaugurado o troço anterior, que a Estradas de Portugal efectuou e quando há duas ou três anos fez outra obra importante para o concelho, que foi a ligação da Via do Infante ás Duas Sentinelas, o prolongamento da variante 396, quando o senhor Presidente já há uns dez anos, talvez, que promete a execução da ligação a Quarteira em 4 faixas e nós não a temos.----------
Já que falou das Estradas de Portugal, a Estradas de Portugal, geralmente, quando lança uma obra tem os terrenos desbloqueados, quando faz a adjudicação, a consignação, já sabe que os terrenos estão perfeitamente desbloqueados, o que não acontece com a Câmara de Loulé, que lança as obras por questões políticos, geralmente nas vésperas das eleições e depois vai-se resolvendo o problema dos terrenos mais tarde e depois acontecem estes atrasos.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia,** disse:----------
- Quero sublinhar aos senhores deputados, que estão a utilizar o tempo de uma forma concisa, mas estamos a chegar ao final do tempo que o regimento nos impõe e pedia redobrada concisão.----

O senhor **deputado Carlos Martins (BE),** disse:----------
- Quando falei de inauguração, foi em sentido figurado dos custos, porque, realmente a gente quando tem obras prontas e pagas, tem realmente "as costas mais largas", pode andar a caminhar de frente, mas como a obra está inaugurada, depois vejo aqui 1.000.300.00€ para pagar, que eu não sei se é em Janeiro, se é daqui a seis meses um ano. É nesse aspecto que eu critico. Outro aspecto é a dos refeitórios abertos durante as férias, aliás tivemos a oportunidade de, na reunião com o senhor vereador Graça, expor essa preocupação, essa ansiedade e essa necessidade.----------
Ainda bem que a Câmara seguiu esse exemplo à semelhança de muitas outras Câmaras deste país, felizmente!----------
Em relação às perguntas que fiz sobre o documento, nem a digníssima mesa me informou, nem a senhora vereadora que trata do pelouro me informou sobre a situação financeira da Câmara, que é obrigatório vir a esta Assembleia, e espero que seja entregue.----------
---

O senhor **deputado Pedro Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente - PS)**, disse:----------
- Agradeço a oportunidade, senhor Presidente, de mais uma vez falar à pequena dimensão que S.Clemente tem. No campo social, nós também, tal como o meu colega de Almancil aqui ergueu a bandeira social de Almancil, S.Clemente também, dentro das competências que tem e dentro daquilo que pode fazer, tivemos também a visita do senhor Presidente da Câmara e da senhora vereadora da Acção Social a uma pequena residência que temos, para necessitados da nossa freguesia ou desafortunados da vida.

Ficamos também satisfeitos e pudemos também ver nos responsáveis da Câmara Municipal, a satisfação pelo trabalho que estamos a fazer.----------
Muito obrigado senhor Presidente, muito obrigado senhora vereadora, pela honra e pelo reconhecimento que tiveram pelo nosso trabalho. Obrigado. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia,** disse:----------
- Obrigado senhor deputado. Julgo que será de registar em acta, de alguma maneira, mas de uma forma muito sucinta que é uma apreciação geral muito favorável quanto às iniciativas quer da própria vereação quer dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, que têm e muito bem, uma preocupação para situações de dificuldade tão significativa, tomarem iniciativas apropriadas para minorar os problemas sociais que também nos afligem aqui no concelho. Em matérias das iniciativas que têm a ver com o prolongamento da actividades das escolas para fornecer refeições a jovens e a crianças carenciadas, penso que recolhe uma opinião positiva por parte de todas as senhoras e senhores deputados.----------
---

O senhor **deputado Hugo Nunes (PS),** e disse:----------
- Pode ser feito a menção na acta que relativamente às intervenções que aqui foram faladas e cuja bondade foi reconhecida, há uma apreciação positiva.----------
Relativamente às que aqui não foram mencionadas e algumas que não foram porque entendemos economizar no tempo, em que a apreciação seria negativa.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Se houver este inciso de que, relativamente às questões abordadas aqui e reconhecidas é uma apreciação positiva, concerteza.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Obrigado por esse esclarecimento senhor deputado, talvez a mesa se tenha precipitado, por pressupor que, eventualmente, a bancada do PSD e a bancada do CDS, que sobre este ponto se pronunciaram explicitamente, talvez a mesa se tenha precipitado a intuir que teria uma apreciação favorável sobre este tema, mas talvez fosse ousado, será oportuno perguntar às respectivas bancadas, se sobre esta matéria, querem fazer alguma curta declaração de maneira que a vossa posição seja registada.--------
---

O senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD),** disse:----------
- Presumo que o senhor Presidente se esteja a referir à iniciativa da Câmara de abertura das cantinas das escolas no período de férias.----------
Devo dizer em nome da bancada, que se há medidas que nos tocam a todos de uma forma tão favorável, esta é certamente uma delas e que não se diga que há muitas Câmaras que fizeram isto, porque não é verdade. Só algumas Câmaras tomaram esta iniciativa, infelizmente ou porque não puderam ou não quiseram, não foram acompanhadas, quando na realidade, nós temos um problema grave no Algarve, grave no concelho de Loulé, gravíssimo nalgumas zonas do país, no que diz respeito à alimentação dos alunos que frequentam essa escola.

Penso que o senhor Presidente e os senhores deputados sabem que há alunos que a única refeição quente que têm é esta que as escolas lhes fornecem nas cantinas. Em casa nem pequeno-almoço, nem lanche, nem jantar e nalgumas zonas do nosso concelho, nem ninguém para as deitar, porque os pais trabalham até tarde, para poder sustentar a família.----------
É uma situação dramática e penso que a Câmara esteve muito bem ao tomar esta iniciativa louvável, mas penso que, disto não deve ser feito qualquer gincana política, porque a situação é séria, a Câmara assumiu-a com seriedade como devia assumir e estamos todos satisfeitos por o ter feito e por isso é que não quisemos falar, até agora que o senhor Presidente nos pediu a nossa opinião, porque achamos que o assunto é demasiado sério, demasiado grave para fazer disto gincana política.----------
---

O senhor **deputado José de Mello (CDS/PP)** e disse:----------
- Apreciamos muito favoravelmente a atitude do Presidente da Câmara Municipal e Loulé. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia,** disse:----------
- Estão registadas sobre este ponto específico todas, as posições das diversas bancadas. Há ainda um pedido de intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira e damos-lhe de imediato a palavra. ----------
---
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

O senhor **deputado José Coelho Mendes (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira -PSD)**, e disse:----------
- Boa noite senhor Presidente da mesa, exma Câmara, vereação, exmos elementos das bancadas, exmo público.----------
Em relação a este ponto, mas cabe-me aqui também mostrar a solidariedade com a Câmara, com a acção que a Câmara tomou. Tal como os meus colegas aqui manifestaram existe a preocupação que existe em relação às pessoas carenciadas do nosso concelho.----------
Sou presidente da Junta de Freguesia, vou no 15º ano e confesso que nunca batemos tão baixo, nunca senti tantas dificuldades na parte social, na Junta de Freguesia, como se sente neste momento. Isto é preocupante e quando o senhor Presidente da Câmara me ligou a perguntar qual era a minha opinião e qual a escola que devia de ter este serviço, não tive dificuldade em apoiar e dizer que era de primeira necessidade. Basta dizer-se que enquanto o refeitório servia para trezentos alunos, servia oitenta, noventa refeições há dois anos atrás, hoje fornece 300 refeições. A maior parte das crianças, a 1ª refeição que tomam é na escola. È distribuído de manhã, leite, ou aquilo que houver para a primeira alimentação, porque saem de casa sem tomar nada.----
Não vou dizer que Quarteira é pior do que as outras, mas comparo as preocupações que tenho e aquilo que me chega à Junta de Freguesia todos os dias, é que há muitos pais que não têm qualquer rendimento, que estão neste momento no desemprego.----------
Isto não é aqui empolar a situação, mas é a freguesia que neste momento aponta maior desemprego, entre 42% e 45% de desemprego que é uma taxa a nível nacional preocupante.---------

Vê-se a preocupação dos pais, que querem dar comida aos filhos e não têm. A Câmara está a fazer um trabalho digno e acima das possibilidades, dando uma refeição aquelas crianças que tanto precisam.----------
Posto isto, só tenho a agradecer ao senhor Presidente e ao seu Executivo terem tomado essa medida. Espero que, pelo menos as crianças que não têm culpa da situação económica em que vivemos, também não sofram muito.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia,** disse:----------
- Muito obrigado senhor deputado. Penso que, em função das intervenções que já foram feitas, estamos praticamente no final do nosso debate. Se porventura houver algum dos senhores deputados, ou exma. vereação que queira usar da palavra.---------
---

Interveio a senhora **Segunda secretária, Helena Baptista (PS),** que disse:----------
- Relativamente aos tempos gastos no conjunto das intervenções por bancada, o PS gastou 18,32 minutos, o BE 7,5 minutos, o CDS/PP usou da palavra mas muito pouco tempo, o PSD, 9 minutos e a Câmara Municipal 22 minutos.----------
---

O senhor **Presidente da Câmara,** disse:----------
- Independentemente das diferenças que temos e daquilo que representamos em termos político-partidários, gostaria aqui de deixar bem claro, que da parte de todos os senhores Presidentes de Junta do concelho de Loulé, tenho tido a maior das

colaborações e tenho sentido a maior das preocupações relativamente às dificuldades das suas populações. Portanto foi aqui referido a visita a duas instituições, conheço todas as instituições do concelho, nem sempre é possível lá ir como é evidente, mas quando tem sido necessário resolvermos os problemas, tem havido toda a disponibilidade das Juntas de Freguesia, na colaboração com a Câmara, e isto é o mais importante que nós podemos salientar neste momento. Muito obrigado a todos.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse: ----------
- Gostava de sublinhar que temos a uma acta votar e vou passar a palavra à senhora deputada para introduzir o tema e depois darei a palavra ao exmo público para utilizar o tempo disponível reservado justamente para essas intervenções. ----------
---

Interveio a senhora **1ª secretária, Manuela Tenazinha (PSD)**, e disse:----------
- Esta é a acta 4/2010 que corresponde à sessão de 18 de Junho. Só queria fazer uma explicação relativamente ao atraso da outra acta, que deveria ter vindo. O que aconteceu é que houve um pequeno precalço na elaboração do relato. Penso que, terá havido alguma dificuldade por parte das senhoras colaboradoras, porque houve acumulação de serviço, ou férias, já não sei especificar, o certo é que do ponto de vista técnico, não houve efectivamente possibilidades de avançar com o trabalho mais rapidamente. A acta de facto está pronta, eu própria fiz os últimos acertos, acontece é que não cumpriríamos o tempo

regimental para a trazer hoje, e portanto ficou adiada para trazer para a próxima semana. Pensamos que os senhores deputados não teriam o tempo suficiente para a analisar com algum cuidado.----------
Portanto a que está à votação é efectivamente só esta acta, e volto a repetir, trata-se da sessão de 18 de Junho. Muito obrigada.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Creio que há um sentimento geral no sentido de mais uma vez utilizarmos este método de decisão, assim é, senhoras e senhores deputados, consideramos aprovada a acta com este inciso.----------
A palavra ao exmo público querendo, para a usar sobre algum tema que queiram trazer ao conhecimento da Assembleia.--------
Penso que o exmo público está muito mais motivado para acompanhar o debate que se segue, sobre o Período da Ordem do Dia e o nosso 1º ponto da Ordem do Dia, é a proposta 28/2010.---
---

a)- Proposta 28/2010- Aprovar a autorização para a contracção do empréstimo de curto prazo no montante de 5.000.000,00 EUR, com prazo máximo de 1 ano, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea d) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro;

Para introduzir o tema, interveio o **senhor Vice Presidente, José Graça,** e disse:----------

- Este empréstimo de curto prazo, tem a ver com questões de tesouraria apenas e, como todos os empréstimos de curto prazo, tem que ser contraído e liquidado, pago na totalidade no ano da contracção desse empréstimo. Portanto é um valor de 5.000.000.00 milhões de euros. Vamos consultar, se aqui for hoje aprovado, todos os bancos com quem temos relações de trabalho.

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, e disse:------
- Em relação a esta matéria, queríamos dizer o seguinte: As propostas da Câmara relativamente a este tipo de empréstimos, deveriam vir acompanhadas, de uma informação escrita pormenorizada. Isto é, devia ser explicada a situação financeira da Câmara, devia ser explicado o destino do empréstimo, não basta só dizer que é a curto prazo, e é de problemas de tesouraria. Devia haver uma listagem das obras que vão ser contempladas e dos fornecedores, com este empréstimo, e também explicar a metodologia utilizada na sua distribuição 5 milhões de Euros para despesas de tesouraria, correntes de capital. Por outro lado, também queria relembrar que esta Assembleia aprovou em 15/11/07, um empréstimo de 25 milhões de Euros a longo prazo. Neste momento o capital em dívida deste empréstimo são 24.700.000.00 € e ainda falta 18 anos para pagar e era para um conjunto de 18 obras e que foram lançadas no início de 2008. Na altura o senhor Vice Presidente, disse que todas tinham projecto, todas estavam praticamente em condições de andar. A questão que se põe é que gostaríamos em relação a esse pacote de 18 obras, sabermos o ponto de situação. Verificamos que, daquilo que nos é dado apreciar, algumas obras

estão concluídas, outras foram realmente iniciadas, outras estão paradas e outras nem sequer foram iniciadas apesar de estarem justificadas. Por outro lado também foi feito o reforço de empréstimo em Março deste ano de mais de 10.000.000.00 €, e iniciamos a amortização do mesmo. Está no período de carência e para o ano começará a amortizar-se, e é destinado a oito obras explicitamente.----------

É certo que, depois de olharmos para as obras, verificamos que as mesmas, apesar de terem 35.000.000.00 € de financiamento, continuam, algumas, na situação em que estão.----------

Portanto julgo que é tempo de nós assentarmos os pés, porque o tempo das "vacas gordas" acabou em 2008. Em 2007 foi o ano que a Câmara recebeu um maior volume de receitas provenientes do IMI e do IMT, impostos directos. De lá para cá, a perda todos os anos é acentuada e de 2007 para 2009, foram cerca de 20.000.000.00 €, que é muito dinheiro. ----------

Portanto é preciso realmente estabelecer prioridades nesta matéria de investimentos, de forma a que não se possa chegar a consumir os empréstimos que foram destinados para determinadas obras e depois tenhamos que solicitar novos empréstimos para pagamento dessas obras.----------

Nesta matéria nós não somos coniventes com este tipo de política e não votaremos a favor desta proposta.----------

---

O senhor **deputado Fernando Santos (PS)**, disse:----------

- É nosso entendimento que este empréstimo é um acto normal de gestão da Câmara. Tal como no passado, nunca nos fez confusões e portanto não temos qualquer objecção à sua contratação. Era bom, uma vez que andamos todos a passar sermões uns aos

outros, que se lembrassem do que é que diziam do Executivo PS, quando chegaram à Câmara, mas nós não temos objecções nenhumas nestes assuntos.----------
---

O senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, e disse:----------
- Do ponto de vista do empréstimo nós compreendemos que a situação de tesouraria possa ser complicada, este é um instrumento de gestão, que aliás e em bom rigor, é um contrasenso a lei obrigar a vir cá, até porque no 1º ponto da proposta, há aqui uma facilidade na escrita que pode, em bom pormenor, ser problemática.----------
O empréstimo não pode ter um prazo máximo de um ano, tem que ter um prazo máximo de trezentos e sessenta e quatro dias, porque então deixa de ser de curto prazo e passará a ser de outra natureza. Era só esse inciso, para que farão futuras situações fica o registo.----------
---

O senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, disse:----------
- De facto o senhor deputado Carlos Martins, manifestou aqui uma série de preocupações que cabem no ponto seguinte, não neste. Neste estamos a falar de um empréstimo a curto prazo para as dificuldades de tesouraria que, como o senhor deputado sabe, a Câmara recebe os impostos directos em Abril ou Maio e até lá as coisas têm de funcionar. ----------
De maneira que, não me parece que tenham cabimento essas preocupações e concerteza que o Executivo responderá no momento próprio, que não me parece que seja este.----------

Quanto ao senhor deputado que manifestou a preocupação, ou o reparo de que nós teríamos apontado ao PS alguma crítica relativamente a este tipo de empréstimos. Não me recordo, se calhar fruto da minha idade e de alguma falha de memória, mas em relação a este tipo de empréstimo, não me recordo.----------
Se me fizer chegar alguns dados que façam reavivar a memória, agradeço-lhe encarecidamente. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse: ----------
- Senhor deputado, presumo que não há mais pedidos de intervenção sobre esta matéria, as senhoras e senhores deputados consideram-se em condições de votar não é verdade?
Vamos proceder de imediato à votação. A proposta está **Aprovada** por **Maioria** com votos favoráveis de todos os presentes à excepção de um voto contra do senhor deputado do BE.----------
---
---

b)- Proposta 29/2010- Aprovar o projecto-proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2011, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea b) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro;

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Gostaria de sublinhar que sobre este ponto específico, vamos dispor de 90 minutos, de acordo com a orientação do nosso regimento e com a importância do tema. O regimento apontava

para um valor inferior de 60 minutos, mas dada a importância do tema, a mesa julga apropriado que o debate possa ser mais dilatado e portanto são 90 minutos.----------
Senhoras e senhores deputados, terá a ordenação e a divisão dos tempos, exactamente a mesma métrica que tivemos no Período de Antes da Ordem do Dia. Portanto ao PS e ao PSD caberão 20 minutos, o BE e o CDS/PP disporão cada um de 10 minutos e a Câmara de 30 minutos. Creio que os senhores deputados das diversas bancadas precisem ainda de alguma troca de impressões para "afinar as armas para o combate".----------
É esta a métrica senhoras e senhores deputados, a Assembleia regista inscrições.----------
É para todos estarmos cientes que teremos uma 1ª ronda de 4 intervenções.----------
---

O senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, disse:----------
- Gostaríamos de ouvir, primeiro a digníssima Câmara apresentar o documento. ----------
---

Para introduzir o tema, interveio o senhor **Vice Presidente, José Graça,** e disse:----------
- O orçamento para o ano de 2011 apresenta o valor de 173.663.217.49 €, representa um decréscimo comparativamente com o orçamento do ano em curso de 2010, de 13, 14% e representa um decréscimo na casa dos 26 milhões de euros comparativamente com o orçamento de 2010.----------
Portanto todos os valores inscritos resultam dos cálculos feitos conforme se baseia o POCAL, as transferências do Orçamento de

Estado previstas, que comparativamente com 2009, já representam um decréscimo de 1,2 milhões de euros.----------
Temos as várias fontes de financiamento previstas, quer comunitárias, quer de outras entidades, em termos de grandes áreas. Depois temos a despesa com pessoal, a aquisição de bens e serviços. A despesa com pessoal tem também aqui um valor semelhante ao do ano em curso ligeiramente abaixo, para ser mais preciso. Nas Grandes Opções do Plano, como sempre, estão listadas todas aquelas rubricas com valores superiores a 350.000.000.00 € para o ano de 2011, para que seja mais fácil a leitura do documento e concerteza todos verificaram, todos acompanharam, portanto dispenso-me dessa leitura. Depois nas Grandes Opções do Plano, comparativamente com 2010, verdadeiramente a área que cresce em valor, é a Segurança e Acções Sociais, que cresce 9% no orçamento e nas grandes opções do Plano decresce 16%. Portanto isto espelha bem aquilo que há pouco o senhor Presidente dizia e com toda a razão, as questões sociais são hoje seguramente, questões de actualidade, são questões pertinentes e são questões que vão exigir de nós todos, autarcas, Juntas de Freguesia, Câmara e também da Assembleia, um olhar mais atento ainda no próximo ano, comparativamente com aquilo que foi o nosso passado e o presente ano.----------
Em termos de Grandes áreas nas Grandes Opções do Plano, o saneamento e o abastecimento de água, continua ainda a ser a 1ª prioridade com $\frac{1}{4}$ do investimento previsto. ----------
Os transportes e comunicações com cerca de 22%, a educação com 11% e a protecção do meio ambiente com 10%.----------
Estas são de facto as grandes linhas deste orçamento, que é como já disse, um orçamento menor do que o ano de 2010, que

também por sua vez já tinha sido menor que o ano 2009, que foi o ano do orçamento de valor mais alto e nesta 1ª intervenção era só o que pretendia apresentar.----------
Estarei como é evidente disponível para responder a perguntas. -
---

O senhor **deputado João da Conceição (PSD)**, disse:----------
- Boa noite à mesa, boa noite à vereação, membros da Assembleia, digníssimo público.----------
Antes de mais queria dizer que é verdadeiramente um orçamento de coragem, efectivamente é e eu, como cidadão atento, acho que deve ser referido esse elemento.----------
Há acima de tudo elementos que são de imensa solidariedade social e as Câmaras Municipais, mais do que, por vezes, grandes reinvestidores de parte da riqueza nacional são também, neste momento, já o grande fazedor do apoio social na administração pública generalizada. Mais do que, eventualmente, um verdadeiro ministério da solidariedade social, há aqui um elemento fundamental. As Câmaras Municipais estão na vanguarda do apoio individual ao cidadão e na diminuição da pobreza, que é um factor fundamental na nossa sociedade.----------
Queremos ter uma cidade moderna, temos que tratar as pessoas com dignidade e garantir que estão mais preparadas para os dias de futuro.----------
Há também um elemento fundamental que eu gostaria de referir e de que me regozijo, que é a contenção na tentação sempre de subir os impostos e as taxas.----------
Efectivamente, fico agradado com a estrutura global do orçamento, seria mais fácil, na tentativa de recuperar algumas perdas de receita, subir os impostos mais ou menos de imediato,

mas tal não acontece efectivamente. Há alguma contenção que é necessária.----------
É verdadeiramente notável o esforço, a coragem e o engenho de garantir a dimensão deste orçamento e ainda bem que assim é. O nosso município poderá eventualmente estar mais preparado para enfrentar os problemas graves que se avizinham. Há um papel social que advém da não subcarga por parte do empresariado, porque também tem um papel social importante na manutenção dos postos de trabalho por um lado, no reinvestimento desses dinheiros para de alguma forma aumentar a empregabilidade e o número de postos de trabalho e é fundamental que a administração pública tenha essa sensibilidade. A solidariedade é feita também através das empresas e de reinvestimento do dinheiro que não se paga em impostos.----------
Há também intenção da minha parte de fazer aqui um certo balanço. Eu não sou deputado eleito directamente, sou suplente, mas daquilo que vi, entendo que realmente esta Assembleia tem elementos que identificam respeito e cordialidade, o que é notável, na minha opinião, e ainda bem que assim é. Porventura não devia ser necessário fazer referência, mas entendo que realmente é de relevar e que deve manter-se essa capacidade de criar e gerar entendimentos entre todos nós. Acima de tudo o Executivo que tem um papel fundamental na nossa sociedade. Não me querendo alongar mais, há aqui também que relevar o papel do Presidente da Assembleia que, com o seu imenso conhecimento, que devo notar, engrandece esta Assembleia. Eu próprio reconheço que engrandece esta Assembleia. Reconheço que retiro ensinamentos interessantes, que me preparam melhor para a própria condução de eventuais momentos da minha vida e

agradeço esse facto, que eu acho que é importante. Pretendo naturalmente alongar e alargar a minha observação sobre a política e a sociedade em geral, mas creio que há um elemento importante, também daí devo retirar, que é a necessidade de trazer mais a população para a discussão dos nossos problemas, ou para a actividade política. Deve reflectir-se sobre isso, não é absolutamente nenhuma crítica, é apenas a constatação de um facto, que, ou pela forma como se publicitam os elementos, a informação, ou os trabalhos das Assembleias, O povo, em geral, fica ligeiramente arredado da nossa actividade política e provavelmente esse é um problema também da diminuição ou de pouco aprofundamento da própria democracia. Sem a informação detalhada e alargada às várias franjas da sociedade, não se consegue uma democracia madura. Esse é um desafio que eu lanço aos senhores membros da Assembleia e aos presentes, para que reflectamos sobre isso. ----------
Muito obrigado pela atenção. ----------

O senhor **deputado Luis Mealha (PS)**, e disse:----------
- A minha intervenção como de costume vai ser muito curta, não tão longa como a do meu colega João da Conceição e muito mais precisa e concisa.----------
Eu venho só aqui falar sobre duas obras em Quarteira, que sistematicamente são arrastadas nos orçamentos. São 2 obras que por acaso estão adjudicadas, mas vêm nos orçamentos desde 2008, que são a construção da Via Distribuidora Norte de Quarteira e o prolongamento da Avenida Sá Carneiro à Fonte Santa. Isto é só por causa do orçamento de coragem que o meu colega falou, 2008/2009/2010 e para o de 2011 continuam aqui

com 4 milhões de euros para estas duas empreitadas, estão adjudicadas desde Abril de 2009.----------
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Carmo (PS)**, e disse:---------
- Antes de mais os cumprimentos à mesa, ao executivo, às demais bancadas e ao público.----------
Vou ser muito conciso e preciso, são duas notas e sobre duas questões de Quarteira. ----------
O Plano de Pormenor envolvente do Porto de Pesca, está referenciado nas Grandes Opções do Plano, até Outubro deste ano foram gastos 38.000.00 €. Vê-se que nos próximos anos não está lá nenhuma verba substancial, está o valor mínimo para ter a rubrica aberta, portanto a pergunta é, em que estado está este plano, já tudo o resto que podia condicionar os avanços na requalificação desta zona está a avançar. Isto é a primeira pergunta, a segunda pergunta é o Plano de Pormenor do Centro Cultural e Parque de estacionamento.----------
Este plano sofreu as vicissitudes que são conhecidas. O parceiro teve a sua insolvência, se a memória não me falha, em Novembro deste ano, essa insolvência foi publicada pela CMVM. Podemos verificar que, nas Grandes Opções do Plano para 2011, aparece uma verba de 10.000.00 €, portanto a pergunta também é, o que é que vai acontecer? será que tal como o deputado João da Conceição, disse, este é um orçamento de coragem e de facto será que vai haver a coragem para fazer aquilo que o PS em tempos disse, que seria a aquisição desse terreno para fazer aquilo que Quarteira merece, ou se vamos assistir mais uma vez, sentados, à situação de um terreno que Quarteira merece para ter um equipamento que há muito anseia, mas que a obra ainda

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

veio.----------

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)** e disse:-------
- No contexto da actual crise económica os órgãos de poder local, mais próximo das populações, sentem de forma mais directa os problemas e as dificuldades dos cidadãos seus munícipes. Por conseguinte o actual momento deve obrigar as entidades públicas e em particular as autarquias locais a um acréscimo de exigência e de rigor na gestão dos dinheiros públicos. ----------
O tempo é de contenção nos gastos, muitas vezes supérfluos e de escolhas mais solidárias na prioridade de despesa de investimento. ----------
A responsabilidade social não pode ser só propaganda política e inconsequente, mas tem que ser uma prática efectiva, capaz de contribuir para a resolução dos problemas dos cidadãos e das famílias desfavorecidas, de baixos rendimentos, desempregados, ou em processo de exclusão social.----------
Estas situações normalmente transbordam para a insegurança e no concelho de Loulé, ela aumenta cada vez dia-a-dia.----------
As respostas sociais devem ser a prioridade dos dinheiros públicos, dos contribuintes e dos munícipes, para permitir a recuperação da qualidade de vida, do emprego e dos direitos sociais dos louletanos.----------
O Bloco de Esquerda tem oportunidade de apresentar alguns contributos, que gostaríamos de terem sido contemplados neste orçamento, nomeadamente um programa integrado de apoio social, com protocolo entre as IPPS, agrupamentos escolares do concelho e outras entidades com vista ao apoio das famílias

carenciadas em situação de desemprego, abandono escolar e exclusão social.----------

A criação de um fundo de socorro social nas rubricas orçamentais, ele realmente está contemplado com 500.000.00 €, onde seriam afectados as verbas referentes da componente da receita municipal do IRC. Apontaríamos por dedução orçamental, nesta área, em período extraordinário como este, na ordem dos 10% do nosso orçamento.----------

Num outro programa, achamos que seria de lançar, porque o tempo da construção imobiliária desenfreada da multiplicação de construção nova, julgo que está a atingir o seu auge e nisto a Câmara deveria apontar para intervenções na reabilitação das casas degradadas, devolutas, nas sedes das freguesias, que permitam a reanimação do tecido empresarial local e a criação de emprego no concelho, destinadas ao mercado de arrendamento.--

---

Poderia utilizar, na questão do levantamento que foi aprovado nesta Assembleia, a ocupação de jovens licenciados que estão no desemprego, que no levantamento e diagnóstico do parque habitacional degradado ou devoluto, poderia criar, com a colaboração dos senhorios, proprietários, uma bolsa de arrendamento municipal a custos apoiados, de acesso e negociação directa, destinada a regularizar a vida e dinâmica social do nosso centro histórico.----------

Por agora ficava aqui senhor Presidente.----------

Interveio o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, e disse:

- As propostas que apresentou, não quer dizer que não sejam atendíveis, mas são nesta altura despesistas, não têm retorno,

não produzem aquilo que se pretende neste momento, que é a reprodução económica, mas queria questionar o executivo, sobre alguns pontos sobre o orçamento, nomeadamente a questão da contenção da despesa pública, principalmente com aquilo que é possível. ----------

A minha preocupação, que queria manifestar ao executivo, é de que numa altura em que devemos conter a despesa pública, gostaria de saber, nas despesas com o pessoal, qual é o ponto da situação.----------

Vi nos documentos que houve alguma redução, mas de 1.28%, mas gostaria também de saber, se isto inclui as transferências do pessoal não docente, da administração pública central para a autarquia. Quantas pessoas foram transferidas, o que é que isso significou em termos de custo adicional para a autarquia, alegadamente o Governo vem dizer na comunicação social que , às transferências de pessoal correspondiam as respectivas transferências de dinheiro, gostava de saber se isto corresponde à verdade, ou se não corresponde.----------

Por outro lado, sei que foram feitos concursos para a regularização de grande parte desse pessoal que foi transferido para a autarquia e quanto é que isto implicou em termos de aumento do custo da conta pública? ----------

É isto que me preocupa! Por outro lado fico satisfeito por ver que, no geral, há uma redução de 13,14%, mas gostava que o senhor Presidente, ou se delegar no senhor Vice Presidente, fossem mais precisos relativamente a isto, porque essa sim, é uma preocupação, que penso que deve ser de todos nós, sobre como é que vamos poupar, onde é que vamos poupar, sem que isso agrave a acção social da Câmara.----------
---

Interveio o senhor **deputado Mário Botelho (PSD)**, e disse:------
- Muito obrigado senhor Presidente, exmos companheiros de bancada, demais presentes, exmo público, boa noite.----------
Queria deixar aqui uma breve intervenção, e queria deixar desde já uma nota de felicitação para o Executivo, por este orçamento. Sabemos que os tempos são difíceis, que temos uma quebra brutal da receita e o que vimos foi que na realidade, que existe um pleno sentido de responsabilidade no acompanhamento da despesa, tentando acompanhar uma larga quebra da receita, dai mostra que na realidade, para além daquilo que verificamos até à data, foi manifestado pelas várias bancadas, o sentido social e humano deste executivo. Vimos que podemos ainda qualificá-lo com um sentido bastante económico e de equilíbrio financeiro do Executivo da Câmara. Serve de regozijo para todos os munícipes do município de Loulé. Apesar da redução da receita, há na realidade, uma contenção da despesa que demonstra o sentido de equilíbrio profundo que este executivo mostra mais uma vez e que ao longo dos dois mandatos que tem tido. Demonstra mais uma vez que ao longo dos dois mandatos tem demonstrado. Daí que esta nota sirva justamente para manifestar o meu agrado e a minha apreciação pelo trabalho desempenhado por este Executivo ao longo destes mandatos.----------
---

Interveio a senhora **deputada Maria Esteves (PS)**, e disse:
- Boa noite senhor Presidente da Assembleia, senhores deputados, qualquer que seja o partido. Eu não percebi muito bem o que foi colocado agora, em relação à transferência de competências do Ministério da Educação para as autarquias, e

portanto o que é que isso implicaria em termos de verbas, de despesa para o município. Verdadeiramente eu não percebi.-------
Penso que isso foi negociado, foi protocolado entre o senhor Presidente do município e o meu Director Regional e peço imensa desculpa, sendo elemento da assembleia, não dispo a minha camisola de técnica de direcção Regional e não o posso fazer, não o quero fazer, se quiserem que o faça não o faço, não percebi aqui muito bem quais são os acréscimos que não sejam conhecidos da comunidade, toda ela educativa, do que foi negociado. Portanto estes acréscimos, se houver, posso estar enganada e peço desculpa, não tenho problema nenhum em fazê-lo, se isto não está a ser escamuteado do ponto de vista político nesta casa. Porque foi negociada entre o senhor Presidente do município e o meu director regional, a transferência de competências e nesse protocolo e seguramente vinham todos aqueles que seriam os gastos e as responsabilidades do município, e uma escola só é verdadeiramente uma escola de município, se for o município a ter responsabilidades.----------
Eu defendo a escola pública, e neste momento, a escola pública do concelho de Almodôvar durante 13 anos, e no Algarve há 10 anos. Portanto parece-me que aqui, desta maneira, expliquem-me por favor que eu não percebi.----------
Senhor Presidente é a si que me dirijo com o devido respeito, se estiver enganada explique-me, porque posso ser eu que não tenha percebido bem, feito o protocolo está muito claro, quais são as competências e as responsabilidades do Ministério da Educação na sua representação descentrada que é a Direcção Regional de Educação a que eu pertenço e o município que eu sei que o senhor muito bem preside. Muito obrigada.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Interveio o senhor **deputado Vítor Ferreira (PS)**, e disse:-------
- Obrigado senhor Presidente. Antes de mais apresentar os meus cumprimentos à mesa, ao Executivo, aos senhores deputados e aos demais presentes.----------
Tenho aqui apenas duas questões para colocar ao senhor Presidente e ao senhor Vice Presidente, no que diz respeito ao Orçamento.----------
Apesar de já se estar a iniciar alguns comentários sobre a qualidade do orçamento, a minha opinião não pode ser mais contrária ao que aqui já foi referido por alguns dos deputados desta casa. ----------
No entanto deixando esse assunto para mais à frente, gostaria de colocar apenas duas questões ao senhor Presidente e ao senhor Vice-presidente. No que diz respeito às rubricas que constam do orçamento, relativamente à Protecção Civil. Gostaria de saber, sobre estas rubricas que estão abertas e sobre as verbas que serão adjudicadas, para que efeito. É mais pertinente, relativamente à verba adjudicada, para aquisição de viaturas por parte da Câmara Municipal. Sendo que, estamos num momento de contenção da despesa, um momento de alguma crise financeira a nível nacional, europeu e mundial, atendendo também o facto de a Câmara Municipal ter um parque automóvel com alguma relevância, gostaria que clarificassem esta mesa, se existe ou qual a necessidade de aquisição de um certo número de viaturas, cujo valor, pelo que verifiquei aqui, pelo orçamento ascenderá na sua totalidade a cerca de 800.000.00 € e gostaria de receber a informação e que me clarificassem, qual a necessidade de urgentemente adquirir estas viaturas no próximo ano de 2011.----
Obrigado.----------

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Muito obrigado senhor deputado. A mesa pode registar outra ronda de intervenções, antes de dar a palavra à exma vereação para responder.----------
Dou de imediato a palavra ao deputado João Martins, depois a exma vereação responderá já a este conjunto de questões e depois veremos.----------
---

Interveio o senhor **deputado João Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil – PS)**, e disse:----------
- Eu pedi para intervir, não propriamente numa análise aos números e aquilo que está consubstanciado nos problemas de acção do Executivo e os seus planos de actividade são da sua responsabilidade e sobre isso irei pronunciar que no momento próprio. Agora relativamente à bancada do PS, e se me for permitido, pelas intervenções que já aqui se registaram, nomeadamente uma delas no que confere aos apoios que são concedidos para a área social, para a solidariedade social, que foi aqui proferido, nomeadamente, e foi-nos até dito pelo deputado José João, para que reflictamos sobre esta matéria.----------
Quero chamar-vos a atenção para o seguinte: O PS ao longo dos anos e após a governação de António Guterres, foi com os seus governos e a partir daqui que mais se desenvolveu o apoio às actividades sociais no nosso país, primeira nota.----------
Todos os equipamentos sociais do nosso concelho e da região, foram comparticipados em larga escala pelo Partido Socialista, continuou a ser. Isto não invalida em nada e não retira o mérito à Câmara Municipal de Loulé a este actual Executivo, e aos outros,

mas sobretudo a este, que também tem correspondido na sua esfera de responsabilidades com as suas comparticipações e os seus apoios a todos esses equipamentos. ----------
Todos os equipamentos que estão no nosso concelho de pé, foram de facto comparticipados pelos Governos da República Portuguesa. É uma nota que eu queria aqui deixar, porque às vezes pode passar despercebido estas questões a quem profere estas coisas assim de ânimo leve, sem se aperceberem. Quero referir a propósito que, no âmbito do Programa Pares, são milhões e milhões dispendidos pelo actual Executivo para equipamentos sociais.----------
Em termos de complemento para idosos, também é uma divisa deste Governo.----------
Em cuidados continuados na área da saúde, é aquilo que todos nós sabemos. Muito recentemente na própria Associação Social e Cultural de Almancil foi aprovado um projecto na área da fisioterapia, também pelo Governo Central.----------
Aquisição de viaturas, também para várias instituições, o Governo Central tem de facto tido uma postura nessa matéria.----------
Naturalmente tudo isto não seria possível sem a Câmara Municipal que também tem tido o melhor dos cuidados e a maior das preocupações, como tem acontecido com a nossa Câmara. Já referi e continuo a referir esse aspecto.----------
Queria deixar esta nota de reconhecimento. Aquilo que tem sido a atitude do Governo Central nesta matéria. É sempre bom "a César o que é de César". Isto é isto é muito importante e era só para defender isto um bocadinho. Não me foi solicitado nem sou juiz do Governo mas de qualquer maneira o PS merece pelo menos essa atenção, bem assim como a Câmara Municipal de Loulé também merece toda a sua atenção desempenhada.----------

Muito obrigada pela sua atenção.----------

Interveio o senhor **deputado Fernando Santos (PS)**, e disse:----
- Devo dizer que ou a leitura que é feita dos documentos é deficiente, ou eu não estou na mesma Assembleia que a maioria das intervenções que o PSD produziu, sejamos claros uma vez na vida.----------
O ano passado, está na acta N.º2, da sessão ordinária de 21 de Dezembro de 2009, que o senhor Vice Presidente, José Graça, a dizer "contenção das despesas correntes, claro que sim, nem podia ser de outro modo".----------
Na sessão da Câmara Municipal de Loulé, do dia 07 de Dezembro, o senhor Vice Presidente volta a dizer que pouparam 1 milhão e pouco de euros, mas é melhor do que nada, 2 bons pontos de partida para tentarmos pôr alguma ordem.----------
É claro que não temos nada a fazer reduções de 12%, 18%, 20%, não temos nada a aumentar as percentagens que dizemos que aumentamos, porque estamos a falar de verbas que não têm nada a ver com a realidade. Em 2008, o orçamento era de 164.000.000.00 € e foi realizado 101.000.000.00 €, portanto em 2009 eram 219.000.000.00 €, foram realizados 108.000.000.00€. Portanto estamos a falar quanto muito de metade das verbas das reduções que aí se fala, até porque não temos qualquer ideia sobre a realização dos investimentos no ano de 2011, como sabem, pelas razões que eu vou dizer. Eu escrevi aqui algumas coisas e comecei por dizer que nunca considerei que os orçamentos municipais, bem como os relatórios de gestão e de contas, instrumentos insubstituíveis de informação financeira que o município deve prestar regularmente aos seus cidadãos,

sejam elaborados com o objectivo de esclarecer os cidadãos residentes em particular e o público em geral. Antes pelo contrário, limitam-se a cumprir as obrigações legais, mas de forma tendenciosamente opaca e confusa.----------
Visam naturalmente ocultar ou impedir que os cidadãos percebam como o Executivo Municipal, ou seja o vosso ou outro, gere os recursos financeiros que são pertença municipal, logo dos cidadãos. Esta reiterada falta de vontade de proceder de forma transparente, tem infelizmente a legislação como aliada.----------
O orçamento para 2011, é a este respeito, provavelmente o pior dos orçamentos que alguma vez tive a oportunidade de analisar e com a idade que tenho, acreditem que já olhei para muitos orçamentos, sejam eles públicos ou privados. O que mais sobressai nesta proposta orçamental, é a sua apresentação eivada de erros e omissões a completa ausência de aplicação de critérios contabilísticos geralmente aceites e principalmente num período crítico para a recolha de receitas, a mais evidente ausência de um plano de contenção de despesas correntes. Esta proposta orçamental é um hino ao despesismo. Sintetizam-se entre outros os seguintes exemplos; - a junção de rubricas com avultadas despesas; ----------
- desagregação de algumas rubricas de despesas onde coexistem alíneas de valor microreduzidos e as habituais alíneas "outras", com valores significativos;----------
- rubrica com crescimentos significativos sem qualquer informação, ou justificação que permita aferir a razoabilidade desse crescimento;----------
- orçamentação, receitas de capital sem inerente correspondência nas despesas de capital associadas.----------

Ainda no âmbito da introdução aos documentos em análise e a fim de se poderem verificar o nível do despesismo que caracteriza este Executivo, proponho senhores deputados municipais, que comparem o montante das despesas correntes realizadas pelo Executivo PSD no triângulo 2007-2009, relativamente ao total das despesas correntes e de capital realizadas pelo Executivo PS em 2001.----------
No quadro seguinte, apresenta-se a evolução do despesismo deste Executivo.----------
As despesas correntes dispararam de 42.000.000.00 € para 73.000.000.00 € entre 2002 e 2009 e isto é apenas um crescimento fraquinho de 67,4%.----------
Em 2001 o Executivo PS, em ano de eleições realizou 36.000.000.00 €, menos 14,2% do que o que foi realizado de despesas correntes em 2002.----------
As despesas totais correntes em capital em 2001, ascenderam a 61.000.000.00€ como já afirmei.----------
Este montante actualizado para o exercício de 2009, através da aplicação do índice de preços no consumidor, publicado pelo INE, representa 73,3 milhões. Para as pessoas que presumivelmente estão a pensar que eu adulterei os índices, informo que o factor corrector é 1, 201, pode4m tomar nota e ir verificar se as contas estão mal feitas. Em 2011, será 1,242. Comparo este valor com os 70,4 milhões de despesas correntes realizadas pelo Executivo PSD em 2009. Só a actualização do outro dava 73,3 não é preciso explicar muito mais.----------
Vamos então olhar para o orçamento de 2011. Na discussão do orçamento para 2010, há cerca de 1 ano, eu comecei por fazer essa referência de imediato e o senhor Presidente, disse que tinha um plano de contingências a uma pergunta minha, aliás foi a

1ª vez que eu me sentei aqui deste lado, normalmente sentava-me ali daquele lado a assistir, atendendo à actividade que eu tinha, não gostava de estar misturado nos dois lados. É um hábito que eu tenho, ou estou num lado ou estou no outro.----------
Eu congratulei-me com a informação que o senhor Vice Presidente deu.----------
Na ultima Assembleia, foi a vez do senhor Presidente da mesa, congratular-se com a apregoada afirmação do senhor Vice Presidente, que tinha efectuado uma poupança de 6% até Setembro do ano em curso.----------
Agora não e parece que estes 6% tenham sido poupados nos 9 meses, mas esta afirmação foi feita; se assim foi só por evidente lapso, foi incluído um parágrafo que consta na introdução do Orçamento e Grandes Opções do Plano. Eu presumo que ninguém leu, mas é o documento constante que foi distribuído a todos os senhores deputados, inclui um parágrafo e eu vou ler pausadamente, aqui não vou poupar tempo.----------
-…" por forma a não comprometer o investimento futuro, o Executivo estima pela primeira vez, uma redução de despesas de funcionamento". Em que é que ficamos?----------
Já tínhamos um plano de contingência para redução de despesas, já poupámos 1 milhão e tal de euros, ou é a 1ª vez? Convinha que a transparência fosse visível. Além deste parágrafo, poder indiciar informações falaciosas, é no mínimo estranho a seguinte formulação "redução de despesas de funcionamento". Se em 2009, foi realizada uma despesa corrente de 70,4 milhões no orçamento para 2010, esta despesa dispara para 80,3 milhões, qualquer coisa como mais 14,1%. Para 2011, propõe-se uma redução para idêntico nível orçamental previsto para 2010.-------
-

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

A proposta contempla 79,2 milhões, apenas menos 1,3, mas atenção, mais 12,6 que a despesa realizada em 2009. Peço desculpa, mas não tenho capacidade técnica, para perceber onde está esta redução de despesas de funcionamento. Aliás, caso seja cumprida a presente proposta orçamental, teremos um orçamento corrente deficitário, em função das anomalias que enfermam as presentes projecções financeiras nomeadamente nas receitas. Vejamos numa sucinta síntese alguns exemplos de insuficiente informação, bem como evidentes demonstrações de despesismo. O relatório não faz qualquer referência ao montante que o município suporta com o protocolo celebrado com o Ministério de Educação, apesar do senhor Presidente do Executivo o referir com frequência a estes encargos.----------
O montante global com a aquisição de bens e serviços é idêntico ao orçamentado para 2010, aproximadamente menos 150.000.00€, num montante global de 36,5 milhões.----------
Faço aqui uma pergunta, aquisição e água, apresenta um crescimento normalmente elevado relativamente aos anos anteriores, era bom que houvesse uma justificação no relatório para percebermos, porque é que passa de 2 milhões e qualquer coisa em 2009, para 4 milhões em 2011. Certamente há razões lógicas, mais uma vez é falta de informação. Aqui não estou a criticar, estou a perguntar, se tenho direito a saber o que é que se passa.----------
A rubrica locação e aqui chamo a vossa atenção. Não sendo uma rubrica com grande impacto, ascende a 2,1 milhões no orçamento. Sabemos que 625.000.00€, são para edifícios, 5.000.00 e são para informática, 2.500.00€, são para transportes e apenas 1,5 milhões de euros para outros, certamente haverá razões para isso. Informo que esta rubrica está 1,2,3,4,5 e depois salta para

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

99. portanto há ali muito espaço de informação pelo meio, aliás a rubrica "outros fornecimentos especializados, ascende apenas a 11,85 milhões de euros. ----------
Nos exercícios anteriores, esta rubrica ainda vinha segregada entre outros fornecimentos e outros serviços. Devia ser informação demasiado explícita para o dever de informação a que temos direito.----------
É assim que a legislação exige, o que no caso em apreço não é verdade. Posso perguntar porque está um montante desta natureza no 3º nível de classificação contabilística, quando há verbas ridículas inscritas nos 4º e 5º níveis de desagregação. Nas transferências para instituições sem fins lucrativos, a situação é idêntica, também os outros representam, embora no ano em curso os outros tenham tido uma redução bastante significativa.-
Para terminar o assunto dos "outros" lembro apenas que as diferentes rubricas classificadas em "outros", ascende a 15,8 milhões de euros no orçamento para 2011, é o valor mais elevado de sempre. ----------
Este montante representa qualquer coisa como 20% das despesas correntes e 37,7% das despesas correntes, aquisição de bens e serviços, adicionadas transferências correntes. Digamos que a transparência não passou por aqui.----------
Esta questão de "outros", não é uma questão de mera retórica, é uma questão bem concreta. O senhor Presidente do Executivo vai levantar a questão das suspeitas, não se trata de suspeitas, eu nunca aqui falei de suspeitas, são questões concretas, essenciais em qualquer modelo de gestão, que deve ser presidido por critérios objectivos de informação prestada aos cidadãos a saber, verdadeira, transparente e atempada.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Parece que estes critérios não existem pelo menos aqui na Câmara de Loulé.----------
Por exemplo, nós sabemos que existe uma equação simples, na gestão; ou temos mais pessoal, ou temos mais aquisição de bens e serviços. Aqui temos as duas coisas, não há qualquer redução nesse sentido.----------
É nesta rubrica de outros "fornecimentos e serviços" que estão as despesas com prestadores de serviços de limpeza, os pareceres, os estudos e os projectos, enfim, com este montante não dá para fazer uma poupança significativa, o tal plano de contingência para a redução de despesas de funcionamento, que o senhor Vice Presidente disse que tinha há 1 ano, onde está? Por favor demonstre-o. Vamos ao orçamento de receitas correntes. O orçamento corrente para 2011, apresenta um super hábito de apenas 3,7 milhões de euros, na formulação do executivo PSD do município de Loulé. Não é necessário presumir muito para constatar a falácia que preside a tal conclusão. Numa situação mais provável, este Executivo irá realizar a totalidade das despesas e para as pessoas que apregoam sempre coisas boas, olhem para as comparações entre o real e os orçamentados e só encontram em 2009 uma pequena margem a favor do desvio positivo. Todos os outros anos, os desvios são na ordem dos 5.000.000.00 € a acrescer à despesa orçamentada.----------
A receita arrecadada em IMT foi orçamentada em cerca de 24,4 milhões, mas o senhor Vice Presidente, reconheceu que só iria recolher 20 milhões de Euros e dos 32 milhões de Euros orçamentados para o ano de 2010.----------
Os 24, 4 milhões em 2011, parece que é uma miragem. Portanto já estamos completamente com uma situação invertida. Talvez realmente a situação de tesouraria precise daqueles 5milhões de

Euros e continuo a dizer, é um acto de gestão, não tenho que o criticar. ----------
Já agora, para o senhor deputado doutro Gilberto, é a questão da auditoria, que ninguém viu.----------
No que concerne ao IRS, só estão previstos apenas 1,3 milhões de euros? Pensava que a verba a recolher com os 5%, seria um pouco mais.----------
Agora vamos aqui a um aspecto, a rubrica 06.03.07 serviços e fundos autónomos, reporta-se ao Protocolo Câmara Municipal de Loulé – Ministério da Educação.----------
Nós sabemos que está prevista uma receita de 5 milhões, mas não encontramos nada ao longo destes documentos que aqui estão, qual é o montante que a Câmara suporta com despesas e para bem da transparência e para evitar os equívocos que habitualmente acontecem, era bom que os números fossem conhecidos, mesmo que sejam desagradáveis para mim, não tenham preocupação em dizer-me isso, agora por favor, não esteja sempre a esgrimir com situações em que escondem sempre os números. É apenas isso que eu estou a solicitar.----------
O problema desta Câmara não está no lado das receitas, está apenas do lado do despesismo controlado.----------
Vamos aqui para terminar, fazer apenas 2 referências ao orçamento de receitas de capital. A rubrica 10.01.02 "privadas", informa que Vale do Lobo e Lusotur, vão entregar cerca de 6,4 milhões de euros à Câmara no ano de 2011. Enfim, tem a ver com os protocolos celebrados, mas em 2010 estavam orçamentados 5, 5 milhões e em 30 de Setembro de 2010, ainda não tinha sido recebido um centavo!----------
Portanto qual é a expectativa que em 2011 estes montantes sejam recolhidos e mais ainda com o que se vai ver a seguir. As

verbas que suportam estas entregas estão orçamentadas como despesas de capital, é que no caso da cooperação técnica e financeira, rubrica 10.03.01.04 prevê uma receita de 4 milhões, mas no Plano Plurianual de Investimentos, rubrica 2.1.1/45/2009 EB 2,3 D.Dinis, prevê-se uma despesa de apenas 95.000.00 €. Portanto temos aqui orçamentado um excesso de receita, qualquer coisa como 3,9 milhões. Eu não falo sobre os investimentos, uma vez que as verbas para os investimentos são tão pequenas, é uma lotaria saber qual é que irão ser realizados. Tinha aqui mais algumas considerações, mas penso que é suficiente para ficar apreensivo sobre o tal orçamento de coragem, que penso que é uma repetição dos orçamentos anteriores e não tem nada de novo, a não ser realmente algum aumento das áreas sociais que esperemos que sejam realizadas. Tenho dito.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Muito obrigado senhor deputado. O PS já gastou trinta minutos, foi para além do tempo regimental, é o problema de organização da bancada. Naturalmente que a mesa permitiu que a intervenção do PS fosse feita até ao fim, mas gostaria de sublinhar que o PS esgotou o seu tempo. As demais bancadas que queiram intervir, temos agora o PSD e depois o BE.----------
A mesa assinala que o BE já gastou seis minutos. ----------

Interveio o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, e disse:
- Apenas para responder ao deputado Fernando Santos, que é pena que tenha lido apressadamente um documento que preparou

e que não nos tenha feito chegar atempadamente às mãos para o podermos analisar. Digo-lhe com toda a frontalidade, que não consegui registar, mas a maior parte não consegui de facto registar, era impossível, perdeu-se no meio de uma intervenção, não estou a criticar, lamento é que… não duvido das suas preocupações, acredito que esteja preocupado, mas de facto não consegui registar a maior parte daquilo que disse, à excepção de um ou outro pormenor. Penso que, relativamente às despesas escolares, o Executivo terá oportunidade de esclarecer porque também suscitei esta questão, porque também é uma preocupação que nos assalta. Relativamente à área social, penso que a Câmara já deu o exemplo, de que está afincadamente envolvida no desenvolvimento do seu aprofundamento no auxílio às pessoas mais necessitadas. E por isso pela minha incapacidade de registar tudo aquilo que disse, é que lamento, mas não lhe consigo responder a todo o enunciado apressado que fez.---------
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, e disse:-------
- A gente compreende que de um lado o PSD defende a Câmara, do outro lado o PS tenta defender o Governo, a ver se a gente equilibra aqui a questão do orçamento.----------
Analisando aqui a questão do orçamento, realmente esta proposta tem uma redução em relação a 2010, na ordem dos 13%, mas no entanto essa redução é só a nível do investimento, porque a nível das despesas correntes elas são praticamente idênticas, porque se baixa em valor, aumenta em termos percentuais do valor global do orçamento, o valor baixou de 80 milhões para 79 milhões, só que representa 45,6% do orçamento das despesas correntes e no outro orçamento representavam somente 40%.

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Portanto aumentou a percentagem de despesas correntes em termos orçamentais e não baixou. É que os números estão aqui, não sou economista, mas estão aqui para a gente ler.----------
O Orçamento baseia-se essencialmente nas receitas de capital, por via de uma verba, que está mais que abusivamente utilizada que é a venda de 64 milhões de euros de bens de investimentos.-- Isto corresponde simplesmente a 37% do orçamento senhores deputados. A gente já sabe de antemão, que esta verba não vai ser realizada. Este empolamento contribui para mascarar o peso excessivo das despesas correntes, particularmente no pessoal e aquisições de bens e serviços. 21% deste orçamento das despesas correntes, são para aquisição de bens e serviços e aqui pode poupar 5 ou 6% à vontade. Não verificamos alterações nas opções de investimento que nos permitam considerar que a Câmara compreendeu de facto a crise em que vivemos.----------
O orçamento da receita, quanto a nós este orçamento não corresponde à realidade actual do concelho, está muito empolado, elaborado de forma pouco rigorosa, contrariamente aquilo que se aponta, assenta em receitas virtuais e não teve em consideração a evolução negativa das receitas correntes, principal fonte de financiamento do orçamento municipal, vindas dos impostos directos, nomeadamente o IMI, que ao fim ao cabo tem-se mantido, mas essencialmente da redução do IMT e das transferências do orçamento geral de Estado, dado da aplicação deste orçamento, deste Governo que retirou a este município cerca de 800.000.00 €.----------
Apesar deste orçamento de 173.000.000.00 €, aquilo que vimos em termos de rubrica segurança e acção social, não chega aos 3.000.000.00 € e para a habitação uma ninharia de que não vale a pena falar.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Portanto a opção do orçamento não é da nossa responsabilidade, é da Câmara. No entanto atendendo à situação regionalizada de crise, ao decréscimo das receitas. Propomos apoio ás actividades amadoras e redução substancialmente das verbas para actividades profissionais, um maior rigor e controle dos contratos e na aplicação das verbas. ----------
Redução progressiva nas despesas com animação, festas, fogos de artifício, passagens de ano, iluminação de natal, publicidade e muitas outras.----------
Gestão rigorosa dos equipamentos desportivos, piscinas e pavilhões, suspendendo a gestão privada. Neste momento há pessoas que ganham dinheiro com os equipamentos públicos, com as piscinas, com o pavilhão municipal, que esta receita devia ser para o município e depois redistribuída.----------
Extinção da fusão das empresas municipais, suspensão das transferências do orçamento para financiamento das mesmas e aqui está 1 milhão de euros para as empresas municipais, não diz quais, 500 mil euros em despesas correntes, 500 mil em despesas de capital.----------
Reorganização dos serviços com a concentração do pessoal em edifícios municipais, suspendendo a maioria dos contratos de arrendamento existentes, que não se sabe quantos são e para que servem.----------
Redução progressiva nos consumíveis, nas fotocópias e na distribuição de águas engarrafadas, podem beber água da torneira que é muito boa.----------
Redução do quadro orgânico, neste momento temos 7 Departamentos e 30 Divisões, redução a 6 departamentos e 20 divisões, são mais que suficientes para gerir esta Câmara.

Adesão às medidas de poupança energética, substituição das lâmpadas, aquecimento solar, aquecimento de águas, que não existe infelizmente neste município, com excepção das piscinas de Quarteira.----------
A análise dos contratos de prestação de serviços ou consultadorias, com recurso aos técnicos e trabalhadores desta casa, das duas, uma, ou os técnicos desta casa são competentes, ou se não são competentes temos que mandá-los embora, não podemos é substitui-los por contratos para o exterior e os nossos estarem aqui "de mãos nas algibeiras" e a Câmara tem 1838 trabalhadores. ----------
Lançamento de um programa das casas devolutas, não percebi onde é que está o despesismo nesta medida. A Câmara não investe um tostão além de fazer o levantamento, só vai é ganhar porque pode aplicar o IMI, depois da avaliação da casa estar feita, poder cobrar o IMI num valor mais elevado.----------
Como resultado destas poupanças, poderiam ser aplicadas verbas maiores em iniciativas e politicas sociais, dotando o orçamento de uma verba significativa, para fazer face às dificuldades que assistem às famílias nesta área. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Muito obrigado senhor deputado, o senhor deputado Carlos Martins excedeu o tempo da bancada, mas está completada a sua intervenção. Podemos dizer que neste momento temos registadas duas situações de despesas correntes de tempo com alguma derrapagem. Relativamente às demais bancadas, têm tempo ainda disponível. De qualquer modo está registada a sua observação e naturalmente sendo ela factualmente verdadeira, será

pertinente como é óbvio. Compreenderá que eu disse isto também com uma nota, com um pouco de humor, para quebrarmos um pouco a seriedade do debate, que é sempre um debate muito sério. Muito importante.----------
Pergunto senhoras e senhores deputados, relativamente às demais bancadas, se querem fazer alguma intervenção, se não quiseram passo de imediato a palavra à Câmara, para fechar o debate, o deputado João da Conceição do PSD.----------
---

Interveio o senhor **deputado João da Conceição (PSD)**, e disse:
- Queria fazer uma pequena referência à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almancil, o meu nome é João Guerreiro da Conceição e o ânimo leve, tenho uma leveza de ser, mas não de ânimo. ----------
Efectivamente naquilo que diz respeito ao seu conhecimento da actividade da Câmara, porventura saberá certamente alguma coisa e conhecerá a sua freguesia muitíssimo bem, mas provavelmente não o município, na minha opinião. No que diz respeito ao trabalho social relevante, eu tenho uma opinião diferente da sua. No que diz respeito à bajulação do Governo Central, naturalmente é um papel que lhe cabe a si, se calhar, na sua opinião, como membro do PS, tendo concorrido a eleições como independente pelo PS, acredito que sim, respeito não concordando, mas certamente que este Governo dificilmente será defensável nessa matéria.----------
Em matéria de apoios sociais, sinceramente não me parece possível. Primeiro ataques brutais na área da saúde, ataques brutais na área do ensino, fecho de escolas, diminuição e apoios sociais a pessoas carenciadas, nomeadamente de emprego. Veja a

lista de pessoas que estão desempregadas, que estão à porta da segurança social, do Instituto de Emprego.----------
As trapalhadas enormes que se vêm na comunicação social e que se vê no despesismo descontrolado do Governo Central, efectivamente está aqui um excelente exemplo a nível municipal que deveria, eventualmente servir para o digníssimo Eng.º Sócrates. Falar do Eng.º Guterres, são tempos que já lá vão. -----
---
É a sua opinião que eu respeito, não concordando. ----------
Quanto à questão dos clubes, eu entendo e ainda bem que a Câmara Não vai cortar e espero que não faça o corte tão relevante como o BE propõe, porque têm um papel muito importante no apoio social também, na formação da juventude e muitas vezes até no apoio e na diminuição da tendência desviante que a sociedade por vezes tem no apoio ás crianças carenciadas. Por exemplo o quarteirense tem muitas vezes uma refeição, é o quarteirense que dá uma refeição que é importante.----------
O desporto muitas vezes serve como retemperador da própria personalidade, o equilíbrio das gentes a nível social, e tem um papel fundamental na estruturação daquilo que será a personalidade dos homens e das mulheres.----------
Obrigado pela atenção.----------

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Muito obrigado senhor deputado. Vou passar de imediato a palavra à Câmara para responder.----------
Deseja fazer uma pequena nota? (pergunta ao deputado João Martins) ----------
-

Interveio o senhor **deputado João Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil - PS)**, e disse:----------
- Senhor deputado, eu quando referi o nome, não foi com qualquer intenção, nem pouco mais ou menos, é uma confusão de nomes, são parentes próximos José João, João Guerreiro, foi só isso. Porquanto e relativamente aquilo que eu disse, o senhor não contrariou em nada, antes pelo contrário. Quero ainda reforçar que terei um conhecimento mais próximo da realidade social do nosso concelho, do que muitos que aqui estão, naturalmente por razões até sócio profissionais, e posso-lhe demonstrar isso com números. Por outro lado, relativamente ainda a isso, qualquer destas instituições que funcionam no campo da solidariedade social, no nosso concelho como quase em todo o território nacional, sem fins lucrativos, elas não funcionariam sem os acordos que têm que estabelecer com o Governo Central, mesmo depois dos equipamentos construídos. Sós funcionam com os acordos específicos em cada área. Todos os meses o Governo Central disponibiliza verbas para esse efeito, provavelmente não sei se sabe, mas ficará a saber, senão não funcionariam, estariam aqueles edifícios lá encerrados.----------
Por outro lado, o subsídio social de desemprego foi de facto também implementado por este Governo.----------
Também o subsídio de renda de casa, foi por este Governo.-----
Também os cheques-dentista foram por este Governo. Também as cirurgias que são feitas na área de oftalmologia, também foi este Governo que conseguiu desbloquear as listas de espera convenientemente.----------
Os Centros de Saúde de Almancil e até de Quarteira, também esses 2 nessa área, também foi pelo Governo Socialista.----------

Senhor João da Conceição, quero dizer-lhe que fico por aqui e se quiser números, eu fornecer-lhos-ei atempadamente. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Senhor deputado, muito obrigado pela sua intervenção, escuso de sublinhar que além de ter gasto um pouco mais de tempo do que aquilo que era a sua intenção, propriamente o foco deste nosso debate hoje, não é a política do Governo e portanto pedia aos senhores deputados, para se concentrarem naquilo que é o foco da nossa intervenção.----------
Há um último pedido de intervenção da bancada do PSD, pelo senhor deputado Mário Botelho e depois de seguida vou dar de imediato a palavra à exma vereação.----------
---

Interveio o senhor **deputado Mário Botelho (PSD),** e disse:-----
- Muito obrigado senhor Presidente. Uma nota breve sobre a intervenção do deputado da bancada do PS e penso que deva ter feito o trabalho de casa de forma tão profunda, foi pena que na realidade a quantidade de informação que enunciou seja feita de forma tão massiva que provavelmente esta bancada, como disse aqui o meu companheiro de bancada, não fixou um décimo daquilo que o companheiro quis demonstrar e concretamente não conseguimos dar resposta a essa informação.----------
Querendo ser mais pragmático, o facto é que concentrarmos aqui no orçamento de despesa e na realidade há uma redução concreta na despesa na ordem dos 13.14%.----------
A minha questão é, onde é que a bancada do PS ou do BE cortaria? Cortaria nas pessoas, que é a grande massa da despesa,

e é aí que eu gostaria que fossem mais precisos, porque se há coisa certa que este Executivo tem mantido, é uma coesão social e é uma profunda defesa do interesse social e isso vai manter-se ao longo dos tempos, quer queiram quer não. Se há na realidade uma redução mínima que é aquilo que é possível fazer. Mas digam V.Exas do vosso lado, o que é que fariam com o pessoal da Câmara?----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Muito obrigado senhor deputado. Vou então passar a palavra à exma vereação, para responder às questões suscitadas e fechar o debate sobre o ponto 3.b).----------
---

Interveio o senhor **Vice Presidente, José Graça**, e disse:-------
- Começo por dizer que sou agrónomo, mas tenho que dizer alguma coisa a um economista nesta sala. IRS 5% é só em 2012, foi dito na Assembleia anterior, portanto a receita dos 5% só vai ser recebida em 2012, é básico. E eu não acredito que o senhor não saiba, quis foi confundir toda a gente, que é uma coisa diferente, porque eu não acredito que não saiba! Querer confundir toda a gente. Por um lado fala de Conta de Gerência de Execução, por outro lado fala de Orçamento e como o deputado sabe que são duas coisas completamente distintas e portanto não vale a pensa confundir esta Assembleia. Uma coisa é orçamentar e outra coisa é executar e ora fala que executamos, ora fala do que estamos a orçamentar. Quer o senhor queira, quer não queira, penso que é a 1ª vez no Orçamento da Câmara Municipal, que está-se a orçamentar menos em despesa corrente do que se

orçamentou no ano anterior. E é assim desde o 25 de Abril, portanto ao contrário do que parece, e que se poderia concluir da sua intervenção. Também quero que saiba que este ano de 2010, é o primeiro ano que em termos de poupança de despesa corrente, se executou menos em despesa corrente comparativamente com o ano anterior e penso que também á a primeira vez após o 25 de Abril, que isso acontece.----------

Não me interrompa, eu não o interrompi. Ouvi uma série de asneiras de um economista, mas não o interrompi. ----------

Em relação ao POCAL, o senhor pode não gostar dos "outros" das rubricas genéricas, mas eu não inventei o POCAL e já disse nesta sala várias vezes, o que os serviços técnicos da Câmara Municipal de Loulé fazem, e presumo que os das 308 Câmaras do país, é aplicar o POCAL e apresentar o orçamento em sede de reunião de Câmara e em sede da Assembleia, tal e qual como a exigência do POCAL e penso que não era possível fazê-lo de outro modo. É assim que é feito, é assim que os serviços fazem e é assim que terá a minha assinatura enquanto eu tiver alguma coisa a ver com essa área.----------

Em relação aos Protocolos, são inscritas as verbas que faltam pagar, quer elas sejam recebidas nesse ano ou não, tal como dos Fundos Comunitários.----------

Quando uma candidatura está aprovada em Fundos Comunitários, é inscrita em orçamento. Eu não sei nem o senhor sabe quando é que essa receita vai entrar, agora se eu não a inscrevesse enquanto orçamento, é que estava a cometer um erro, não é o contrário.----------

É que o senhor todos os exemplos que disse, é precisamente ao contrário do que se tem que fazer em termos de POCAL e portanto eu não vou dar mais exemplos, dou apenas estes, porque

não quero esgotar o tempo da Câmara na minha intervenção.------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
-Gostava de sublinhar o seguinte; era bom que fossemos até ao fim com a qualidade com que temos tido neste debate, não havendo interpelações que possam desviar o orador daquilo que está a dizer.----------
Se efectivamente, alguma bancada sentia necessidade ou pensava fazer alguma réplica, deveria guardar um pouco de tempo para essa réplica. ----------
Senhor deputado, pedia-lhe o favor, para deixar o orador, tal quando como foi o seu caso, intervir com toda a tranquilidade. Pode usar da palavra senhor Vice-Presidente. ----------
---

O senhor **Vice-Presidente , José Graça**, (continuando a sua intervenção):----------
Em relação às questões que o deputado Carlos Martins colocou, seguramente esse é um orçamento completamente distinto daquele que a Câmara apresentou. Agora, é do meu ponto de vista também algo demagógico, numa área em que a Câmara não tem competência própria como a área social, é bom que isto se diga, que estimar que se poderia inscrever 10% da receita numa área que não é competência própria da Câmara, em que a Câmara, de facto, está a coadjuvar aquilo que são intervenções que o Governo Central, que é quem devia de fazer, porque a área da saúde, a área social, não são competências dos municípios. O muito que os municípios fazem, fazem porque o querem, porque o inscrevem em sede de orçamento e porque a Câmara aprova e a

Assembleia aprova e por isso podem utilizar esses dinheiros para esses fins, mas não é competência própria das Câmaras Municipais. ----------
E que fique claro e admitir que 10% do orçamento pudesse ser inscrito numa das muitas rubricas de muitas actividades que a Câmara tem, numa onde ela não tem competência própria, eu pelos exemplos todos que deu, pegava só neste.----------
A questão das despesas com pessoal, também aqui há uma redução das despesas com pessoal em sede de orçamento e já agora, também em relação à despesa corrente, na despesa corrente até Novembro, há uma redução de 4 milhões de euros, comparativamente com o ano de 2009. Se retirarmos os custos de despesa corrente, resultantes da transferência da educação, se não tirarmos, não estamos a comparar coisas iguais, mas mesmo não retirando há uma redução de despesa corrente de 2 milhões de euros. Se isto não é poupança corrente eu não sei o que é, mas isso apreciaremos na Assembleia de Abril e discutiremos os números finais da conta. Não colocamos aqui orçamento e contas ao mesmo tempo.----------
Sobre o fundo de 500.000.00 €, penso que é uma verba significativa para uma área onde a Câmara não tem competência própria ao contrário do que foi referido, mas se for necessário mais, a Câmara tem um conjunto de acções que vai implementar seguramente em sede de reunião de Câmara, haverá alteração orçamental reforçando essa rubrica, agora a mim não me parece que fosse razoável defender que 10% do orçamento ficasse afectado a esta rubrica, aí sim, do meu ponto de vista o orçamento era menos real do que aquele que estamos cá a apresentar.----------

Em relação ao Plano de Pormenor do Porto de Pesca de Quarteira, pensei que tinha ficado esclarecido da última Assembleia, pelos vistos não foi. Foi feito um concurso de ideias, foi hoje em reunião de Câmara adjudicado o projecto, para dar corpo a essa obra, estamos a elaborar já o projecto, não precisaremos do Plano para nada. De uma vez por todas, acabe-se com este mito do Porto de Pesca de Quarteira. Era só.----------
---

Interveio o senhor **Presidente da Câmara**, e disse:----------
- Só para completar e também para dar resposta à senhora deputada Maria Esteves, sobre a questão da educação, para dizer o que é que nós pensamos qual a nossa perspectiva, e dizer que o que nós estamos aqui a assistir é aquilo que é habitual todos os anos na altura da aprovação do orçamento, é aquilo que se passa nas outras Câmaras Municipais, discute-se muito em torno do orçamento, mas o que é verdade, é que felizmente para nós louletanos, cidadãos do concelho, os orçamentos da Câmara Municipal e Loulé têm sido um exemplo de prestígio, de rigor e que têm merecido a nível nacional, o respeito da maior parte das entidades públicas ligadas às autarquias inclusivamente. Somos solicitados e mais do que isso, mais do que propriamente a questão do orçamento, o que é importante é ver o reconhecimento público das pessoas, pelo trabalho que tem sido feito ao longo destes anos no município de Loulé. Eu percebo a dificuldade, particularmente de alguns dos senhores deputados do PS que aqui estão, que tiveram responsabilidade na Câmara, que quando tiveram oportunidade de o fazer não o fizeram e agora sentem muita dificuldade em aceitar o reconhecimento dos

cidadãos de Loulé pelo excelente trabalho que este executivo tem feito ao longo dos anos.----------

O nosso concelho hoje não tem nada a ver, quer os senhores queiram quer não queiram, não tem nada a ver com aquilo que era. Isto é reconhecido por toda a gente. Portanto isto é a verdade, eu sei que dói, porque não foram capazes de agarrar o concelho, não foram capazes de fazer aquilo que era necessário para o concelho e agora naturalmente custa muito aceitar, não têm outros motivos e então refugiam-se nos números, nos subterfúgios dos orçamentos e outras pequenas coisas que por sua vez se vêm por aí, mas nós não estamos preocupados com isso, este é o nosso orçamento, nós apresentamo-lo, aprovamo-lo, naturalmente respeitamos as vossas opiniões do BE, são posições muito diferentes, têm uma visão social muito diferente da nossa, uma visão da política muito diferente. Nós não somos extremistas, nós somos equilibrados, nós implementamos o bom senso nas nossas medidas. Nós não vamos despedir o pessoal, não vamos acabar com os apoios aos clubes, não vamos acabar com os apoios ás IPSS, nós vamos continuar a tentar fazer mais ou menos aquilo que temos feito até agora. Naturalmente que há coisas que fazemos mal, há muitos gastos que a Câmara de Loulé hoje tem, que não são aceitáveis e que nós temos que reduzir. Aí reconheço, nós temos que fazer esse esforço, não é fácil, como não é fácil no país cortar despesas. Desde o 25 de Abril para cá, foi sempre a aumentar a despesa e as gerações mais recentes, habituaram-se, têm muita dificuldade. Do meu tempo que tenho 56 anos, nós tínhamos muita contenção na despesa em casa, na rua, no estudo, e estão aqui pessoas como eu, que tinham o dinheirinho contado ao fim do mês e que sabiam a dificuldade que era. Os nossos filhos felizmente não precisaram disso. Esta é

uma questão de cultura e não vale a pena nós fazermos demagogia aqui na Assembleia Municipal e se há alguém que quer cortar e ser rigoroso sou eu e a equipa com que trabalho e portanto confio plenamente nas pessoas com quem trabalho, o engº José Graça que tem a responsabilidade na área financeira e que tão bons resultados tem dado para o concelho. Penso que isso é a melhor prova que podemos apresentar.----------
Relativamente à questão da educação; a educação foi um presente envenenado que os municípios receberam deste Governo. Naturalmente que fez o seu trabalho, o Governo e muito bem, e na ânsia de ter uma acção mais directa, a maior parte dos municípios aceitaram sem fazer contas aquilo que estavam a aceitar e o que estamos a verificar é que a própria Associação Nacional de Municípios hoje, começa a pôr em causa, a forma como nós recebemos a educação. Esta é a realidade.----------
Há muitos municípios hoje que já ameaçam devolver a área da educação para o Ministério da Educação e vamos ver se não será assim e portanto de boa fé aceitamos, mas estamos a passar por grandes dificuldades. E eu queria-vos dizer que no caso particular do município de Loulé, negociamos aceitar a transferência de competências na área da educação com várias condições, mas uma delas a principal, era que fosse feita uma intervenção na escola D.Dinis em Quarteira, que todos conhecem ou que a maior parte conhece, e que necessita de uma intervenção urgente. Esta intervenção foi aceite pelo Ministério da Educação em que faria a transferência para a Câmara Municipal do valor para essa intervenção. Esse valor era à volta de 4 milhões de euros. Depois do projecto feito e de feito o orçamento para a obra, chegámos à conclusão que a obra custaria 8,5 milhões de €, portanto aí nós travámos ás 4 rodas e dissemos

que não era possível. A Câmara não ia aceitar fazer esta obra com uma diferença tão grande, entre aquilo que recebíamos do poder central e aquilo que custaria a obra finalmente. Queria também dizer-vos que entre outras coisas, nós recebemos cerca de 248 funcionários na área da educação para a Câmara, que vieram engrossar esse tal número de 1800 que nós temos agora. - Dos 248, 142 vieram a contrato a termo certo, sem vínculo, nem ao Ministério da Educação, nem a nada. São os concursos que nós estamos agora a fazer. Essas pessoas não tinham vínculo à função pública, alguns há dez anos que estavam na educação. E mais, e vieram com salários abaixo daquilo que nós estávamos a pagar na Câmara para a mesma função, e que nós tivemos naturalmente que pagar mais, porque era uma questão de justiça social para o mesmo trabalho, o mesmo salário.----------

Tudo isto veio aumentar as despesas da Câmara. Vieram para a Câmara sem seguro de acidentes pessoais e a Câmara teve que fazer seguro de acidentes pessoais e agora até depois de se terem comprometido que pagariam à ADSE, estão a passar essa responsabilidade para as Câmaras também, trabalhadores e famílias.----------

Portanto isto é um descalabro total em termos daquilo que foi inicialmente negociado e daquilo que nós estamos neste momento a ser constatados com a realidade. Estamos a reavaliar a situação, não sabemos como é que vamos ultrapassar este problema, já para sem falar numa outra questão por exemplo, que é a questão que nós recebemos pelos transportes dos alunos.-----

Nós recebemos o valor por cada aluno e este valor é injusto, porque não considera a distância percorrida para ir buscar o aluno. Como nós temos um município muito grande, em que a maior parte das escolas que fecharam são no interior, nós perdemos

imenso dinheiro com o pagamento dos transportes dos alunos. Portanto a questão da educação, mais que não sirva para já, deve servir de exemplo e deve-nos alertar para as próximas transferências de competências do poder central para as autarquias em áreas como a saúde por exemplo e eventualmente poderão vir a ser passadas também, ou a Acção Social por exemplo, poderão vir a ser passadas. As autarquias têm a obrigação de ter muito mais cuidado, muito mais rigor no assumir dessa responsabilidade.----------
Senhor Presidente era isto mais ou menos que queria dizer. Muito obrigado.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Muito obrigado senhor Presidente. Está portanto encerrado o debate sobre a proposta 3 b), cuja matéria é o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.----------
Vamos passar à votação.----------
A proposta está **aprovada por maioria,** com 26 votos favoráveis, 12 votos contra, sendo 22 votos do PSD, 4 do PS, e 10 votos contra do PS, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do CDS/PP.----
Está portanto feita a votação, se houver alguns deputados que queiram fazer declaração voto, é a altura de o fazerem.----------
---

Interveio o senhor deputado **Pedro Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente – PS)**, e disse:----------
- Muito obrigado senhor Presidente, vou ser muito breve e o que queria dizer é que entendo que, como representante de S.Clemente, como representante de uma freguesia, entendo que

as nossas responsabilidades não se podem de forma alguma confundir com opções político-partidárias.----------
Antes de vir para esta Assembleia, falei com o meu executivo, estudamos e analisamos o orçamento, conhecemos a freguesia, sabemos o que está a ser feito e o que está por fazer. Entendo ainda que um orçamento é um documento, uma ferramenta de trabalho essencial à gerência neste caso da Câmara, durante 1 ano e um orçamento não reflecte a execução ou uma prestação de contas, essa sim é feita em Março ou Abril.----------
Entendo ainda deixar aqui uma explicação e os meus colegas de bancada concerteza que estarão também de acordo comigo, em que não vou nada diminuído desta Assembleia, por ter votado a favor. Vou-me sentir mais à vontade para pedir responsabilidades e conversar ao alongo do ano com o Executivo da Câmara Municipal e quando estivermos aqui para julgar, para analisar a Conta de Gerência, aí sim o meu sentido de voto, poderá ser diferente. Termino desejando a todos os que estão nesta casa, umas boas festas e que o próximo ano para todos nós, seja muito melhor. Boa noite e muito obrigado.----------
---

Interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, e disse:----------
- Queria fazer uma declaração de voto que corresponde à posição dos membros eleitos directamente que integram esta bancada.----------

Declaração de Voto

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano constituem o instrumento de gestão dos recursos financeiros que são

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

disponibilizados ao Município através de um conjunto alargado de fontes de financiamento, de entre as quais têm especial relevância as transferências directas do Estado, a arrecadação directa de impostos, o co-financiamento de obras municipais por Fundos Comunitários, a venda de bens e a prestação de serviços.

Os documentos previsionais apresentados pela Câmara Municipal para o ano de 2011, confirmam a tendência para uma diminuição acentuada das receitas a arrecadar pelo Município, resultante da diminuição das transferências do Estado para as autarquias locais mas essencialmente pela quebra de receita de um imposto que tem constituído a sua principal fonte de financiamento – o IMT , a este pretexto, a Câmara Municipal já aprovou um conjunto de medidas visando compensar essa diminuição de receitas.----------

Essas medidas (o lançamento da Derrama de 1,5% sobre a matéria colectável das empresas, com sede e actividade no concelho, o agravamento do IRS) às quais parece irá acrescer mais um aumento do tarifário do abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, resultarão na redução de recursos dos munícipes e das empresas, uma vez que se traduzem no aumento da carga fiscal que sobre elas incide.-------

É neste contexto que o executivo municipal apresenta um Orçamento que ascende aos 173.663.217,49 euros, dos quais 79.241.717,49 euros serão de despesa corrente e 94.421.500 euros de despesa de capital.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Aquando da apreciação da Conta de Gerência de 2009, pela Assembleia Municipal, o executivo assumiu o compromisso de adoptar medidas de contenção de gastos em despesas correntes, por forma a não comprometer o investimento em infra-estruturas e equipamentos de que o concelho ainda está carenciado, aliás já aquando da discussão do Orçamento para 2010 o executivo respondendo a uma proposta do PS para a elaboração e apresentação de um Plano de contenção de despesas respondeu dizendo que tal não era necessário pois estavam a ser tomadas medidas para esse efeito.----------

Ora o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2011 revelam uma quebra do compromisso assumido perante a Assembleia Municipal, prevendo um crescimento despropositado das despesas correntes, no montante de 8,85 milhões de euros (12,5%), em relação a 2009, última execução conhecida, o que propicia a continuidade de uma política de enorme crescimento das despesas correntes, sacrificando dessa forma a despesa de capital.----------

E, se as despesas de capital, na lógica do investimento reprodutivo, são um dos factores determinantes para qualquer Concelho e para a garantia da saúde e dinâmica da sua economia em qualquer momento, essa importância ainda mais relevante se torna quando, como é o caso, atravessamos momentos de grave crise financeira, económica e social. ----------

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano que nos foram apresentadas são por isso mais uma oportunidade perdida, uma oportunidade de fazer a diferença, é nestes momentos que aos

gestores municipais se deve pedir a maior selectividade possível no gasto dos dinheiros públicos.----------

A contenção da despesa corrente, a intervenção social, a selectividade nos investimentos, visando a alavancagem da economia local, deveriam ser nesta altura as prioridades.---------

Não é, em nosso entendimento, este caminho que o executivo municipal se propõe seguir, pois, num quadro em que os recursos são escassos, as opções de investimento propostas pelo executivo, limitam-se a dar continuidade a uma política de investimentos gizado num ciclo de abundância de recursos, limitando-se às obras que estão em curso ou que já estão adjudicadas, constatando-se a ausência de previsão de investimentos estruturantes para o concelho.----------
(e acrescento ao que está escrito)

"Esta fase é uma fase de mudança completa no paradigma da gestão municipal. Aquilo que foram os últimos 15, 20 anos, em que os municípios se financiaram e permitiram criar estruturas galopantes de despesa, assentes nas receitas que vinham do urbanismo e da construção civil, é um modelo que está esgotado, não está em crise, não vai voltar amanhã, nem no próximo ano, nem daqui a 2.----------
Este é o momento em que aos gestores municipais se pede que procurem novos paradigmas e que encontrem novas formas de gerir os parcos recursos que começam a ter. Aos tempos de abundância vão vir tempos de menos recursos, para esses tempos, implica ser muito mais selectivo e muito mais concreto

no planeamento e muito mais efectivo na promoção do investimento dos privados para criar emprego."----------

O Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Loulé

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Senhoras e senhores deputados, está concluída a votação do orçamento e da apresentação das declarações de voto.----------
Gostaria e em todo o caso deixar esta palavra, não estou a endereça-la a ninguém, mas não é adequado como saberão, aproveitar uma declaração de voto para fazer uma outra intervenção que caberia no período de debate.----------
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, e disse:-----

Declaração de Voto

As verbas inscritas para despesas de carácter social continuam a ser baixas e a não reflectir a realidade da crise que atravessamos e às necessidades dos cidadãos com menores recursos económicos.

O dinheiro para festas continua a não faltar, mas pouco ou nada se investe em habitação social.

As receitas de capital nunca foram nem serão próximas dos valores inscritos no orçamento. Com esta inscrição de receitas

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

falsas avança-se para despesas que não têm cobertura e como resultado, agrava-se o endividamento do Município de forma sistemática e galopante.

Nos últimos 3 anos o endividamento passou de 30 para 65 milhões de euros, para dar cobertura ao despesismo eleitoral. Em 2011 o município tem que pagar como compromisso da dívida mais de 3 milhões de euros. No final do ano o valor do capital em dívida é de 53 milhões de €. Agravado ainda pela aprovação do empréstimo de curto prazo de 5 milhões de €.

No início do próximo ano, mais se seguirão, pois certamente irão transitar verbas avultadas por pagar, à imagem do que se passou no ano de 2009.

O endividamento das Empresas Municipais continua a crescer às escondidas desta Assembleia, fugindo ao seu controlo e prejudicando as condições financeiras do Município.

A incapacidade de gestão que temos vindo a denunciar é clara. A partir de 2008, só o recurso ao endividamento não programado tem permitido fechar as contas de gestão sem grandes saldos negativos.

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2011 prosseguem a mesma política de falsear o valor das receitas de capital, mostrando uma deliberada intenção de enganar a opinião pública.

Pelas razões apontadas **o BE vota contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2011**.

Deputado do Bloco de Esquerda (Carlos José da Silva Martins).

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Senhoras e senhores deputados, vamos proceder à votação da matéria que tem a ver com a aprovação da actualização de 0,9% da tabela e taxas e licenças, de acordo com o índice de inflacção do INE.----------
Foi feita uma solicitação à Assembleia e a Assembleia em função do breve debate que foi feito e do seu enquadramento, a mesa entende que podemos naturalmente proceder de imediato à votação.----------
Portanto senhoras e senhores deputados, peço a vossa atenção para esta votação.----------
Se porventura houver algum deputado que entenda por razões, quiser fazer alguma curta declaração, registando o seu depoimento, a mesa não o impedirá de o fazer, mas sublinho que efectivamente foi breve, mas foi clara e concisa a troca de impressões e pressupõe a mesa que os senhores deputados têm. Senhoras e senhores deputados, vamos então proceder à votação.----------
---

Interveio o senhor deputado **João Martins (Presidente da Junta e Freguesia de Almancil – PS)**, e disse:----------
- Queria fazer uma **declaração de voto**.----------
"Eu votei favoravelmente, por uma questão de coerência governativa, tal qual o governo também propõe os seus aumentos para saciar as suas necessidades financeiras e eu por uma

questão de coerência governativa votei favoravelmente".----------
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, e disse:------
- Fez uma **declaração de voto**.----------
"Nós votámos contra a actualização destas tabelas, porque é num todo. Nós consideramos que na tabela de taxas e licenças há licenças que realmente deveriam ser aumentadas, mas há outras que têm um valor exageradamente elevado, nomeadamente o caso das esplanadas, essencialmente por isso é que nós não votamos contra".----------
---

Interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, e disse:----------
- Fez **declaração de voto**.----------
Só queria dizer que esta deliberação, é uma deliberação que enferma de discussão e no entanto não queríamos de forma alguma obstaculizar isto, não é razão para isso. Gostávamos que ficasse expresso na declaração de voto, a nossa preocupação, pelo precedente que é o facto da Assembleia ter deliberado sobre o documento que é aquilo sobre o qual a Assembleia deliberou que cumpre as normas do funcionamento dos órgãos administrativos, mas gostávamos que ficasse escrito que o facto da Câmara Municipal ter deliberado sem objecto, pode pôr em causa a aplicação deste aumento do tarifário, se assim for entendido e contestado por algum dos munícipes. Portanto, nós não podemos, obviamente, nos corresponsabilizar por isso, portanto fazemos questão de deixar esta questão aqui bem inscrita na acta.----------

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- As declarações de voto, são obviamente registadas em acta-----
---

Em seguida interveio o senhor **deputado Mário Botelho (PSD)**, e disse:----------
- Muito obrigado senhor Presidente. Apenas uma nota breve, queria proceder a uma rectificação ao que foi dito por outra bancada.----------
A bancada do BE falou na realidade há um aumento de impostos, quando ao fim ao cabo é uma correcção monetária, daí que, na realidade há uma demagogia, daí a minha correcção. Não há na realidade um aumento de impostos, há sim uma correcção monetária, relativamente ao ano transacto. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Tenho que dar por razões óbvias e democraticidade, a palavra ao outro partido para poder-se pronunciar sobre esta matéria, agora levantada no ponto de ordem.----------
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, e disse:-------
- Era só para dizer, que quando o Estado aumenta a taxa única de 11% para 13%, é uma correcção monetária e não um aumento de impostos. Obrigado.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------

- Está portanto concluído o debate sobre esta matéria. Senhoras e senhores deputados, é chegado o momento mais aguardado, que é a apresentação da actividade municipal por parte da exma vereação. Há um texto, normalmente a Assembleia dispensa o senhor Presidente e a exma vereação, de fazer uma apresentação oral, considerando que eventualmente que o texto é suficientemente conciso e claro para haver esta dispensa.--------
---

O senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, disse:
- De acordo com a lei, a Câmara tem que apresentar não só uma comunicação escrita da actividade elaborada durante o período em que existe as sessões ordinárias, mas também, e a lei obriga a isso, que este documento seja entregue à Assembleia Municipal. Nós vamos participar esta situação ao IGAT.----------
Temos direito aos documentos fornecidos pela Câmara, de acordo com a lei, não pedimos mais nada. Foi pedido com tempo, foi enviado à exma mesa para solicitar e hoje não foi presente. Era uma parte significativa, importa saber, qual a situação financeira do município. Não é para saber se devem muito se devem pouco. Nós precisamos porque, para votar nós temos que estar em condições de saber o que é que votamos. Eu pelo menos, gosto de proceder assim e como tal, espero que este documento seja enviado brevemente.----------
---

Interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, e disse:----------
- Senhores deputados, mesa, a minha intervenção ia exactamente neste sentido; dizer que esperamos que esta seja a ultima vez que a autarquia não cumpre aquilo que é a sua obrigação.

Concerteza que hoje então essa informação tinha tido ainda mais relevância, porque assim o debate estaria desequilibrado e deixar registado que nós contamos, concerteza que a autarquia no ano 2011, comece aqui "ano novo vida nova" como diz o povo, e portanto que a autarquia nesta questão inaugure aqui no próximo ano o novo procedimento.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Senhoras e senhores deputados, naturalmente que a mesa ao tomar conhecimento de uma solicitação por escrito do Bloco de Esquerda sobre esta matéria, oficiou à exma Câmara para obter uma resposta sobre esta matéria. ----------
Senhoras e senhores deputados, há ainda um pedido de intervenção por parte do PSD, na pessoa do senhor deputado Gilberto de Sousa.----------
---

Interveio o senhor **deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, e disse:-
- Antes que V.Exa. dê por terminada esta sessão, quero aproveitar o ensejo para desejar a toda esta casa, quer aos senhores deputados, quer o Executivo, quer ao público presente, um Bom Natal e um ano de 2011 melhor, com mais esperança, com luzes ao fundo do túnel, que ainda não se vêm. Espero que hajam mudanças significativas para melhor no nosso país, que nos possa transmitir esperança no futuro, é isso que eu desejo a todos nós.

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse: ----------

- Presumo que eventualmente as demais bancadas gostarão de fazer ou uma declaração deste tipo, ou meramente secundar e a mesa também se associa evidentemente a estes votos de festas felizes para todos e que o ano de 2011 seja melhor do que aquilo que muitos esperam.----------
---

Interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, e disse:----------
- Estávamo-nos a reservar para depois do último período do público, mas podemos antecipar concerteza. Obviamente secundar a intervenção do senhor deputado Gilberto, na sua quase totalidade. Pareceu-me existir uma nuance na forma como foram mencionadas mudanças. Para todos os membros da Assembleia obviamente e do Executivo que aqui estão e para todos os nossos munícipes, que estas festas sejam passadas com muita saúde e felicidade das famílias e que permitam que todos tenhamos força para aguentar o ano de 2011 que não se aparenta nada fácil e por isso consigamos ter a força para contrariar essa tendência.----------
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, e disse:------
- Hoje, por acaso, tive a oportunidade de ouvir na rádio, parte da entrevista do senhor Presidente, não sei se era em directo, se seria gravada, sobre a saudação com a palavra esperança e de acreditar no futuro no próximo ano. Estou inteiramente de acordo que o ano de 2011 vai ser um ano difícil, particularmente às famílias que já estão abrangidas ou que vão cair no desemprego e é para esses que eu realmente desejo que o próximo ano seja muito melhor que este e consigam ultrapassar

esta situação dramática que vivem. Para todos os restantes, que felizmente não estamos nessa situação, desejo que passem umas boas festas na companhia dos amigos ou família, com muita alegria e muito boa disposição. Obrigado.----------
---

Interveio o senhor **deputado José de Mello (CDS/PP)**, e disse:
- Senhor Presidente, Executivo Camarário, senhores deputados, exmo público. Eu quero também aproveitar para desejar a todos um santo Natal e um Feliz Ano Novo a todos e às vossas famílias. Muito obrigado.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- A nossa Assembleia, formalmente ainda não está concluída, como é sabido, há uma segunda parte em que o exmo público pode intervir. Sei que ainda não dei a palavra ao senhor Presidente da Câmara e vou dá-la de imediato, mas queria desde já alertar o exmo público que ainda está connosco que a intervenção será confinada a esta temática. ----------
---

Interveio o senhor **Presidente da Câmara**, e disse:----------
- Muito obrigado senhor Presidente, também umas breves palavras, em primeiro lugar para desejar a todos os senhores deputados, senhores Presidentes de Junta, exmo público, um Feliz Natal, um bom ano. Agradecer a colaboração e tudo aquilo que tem sido feito ao longo desta ano que estamos agora a terminar, mas queria salientar e focar aqui o meu pensamento, sobre dois aspectos que me parecem importantes.----------

Nós levamos o ano inteiro a falar daquilo que se faz e que se devia ter feito e que não foi feito e levamos o ano inteiro, qualquer que seja o partido que representamos, a defender a preocupação com os mais desfavorecidos, os mais necessitados, a acção social. Pois bem meus amigos, eu penso que nós devemos ter confiança relativamente ao futuro nesta área, aquilo que nós temos investido nestas áreas e que ainda hoje aqui nesta Assembleia ficou bem demonstrado, que mais do que qualquer outro município em termos profissionais, temos investido no apoio ás instituições de solidariedade social, ao carinho e à forma como nós vivemos as preocupações nestas áreas, devem-nos transmitir uma ideia de confiança relativamente ao futuro e o concelho de Loulé, para aqueles que conhecem pior, porque há muita gente que não nasceu em Loulé, optou por viver em Loulé e gosta tanto de Loulé como nós, mas queria-vos dizer para aqueles que conhecem melhor o concelho de Loulé, têm sido sempre um concelho solidário ao longo de toda a sua história. Nós sempre fomos olhados por todos os outros concelhos, como um concelho em que as coisas eram feitas de uma forma atempada com consciência social, desde os tempos da misericórdia, desde os tempos que me lembre Loulé, teve sempre um cunho social muito forte e penso que como noutras alturas, iremos ter a capacidade de ultrapassar as dificuldades do próximo ano, certamente nos irão trazer.

Espero também que o país consiga reagir da mesma forma, consiga reagir tão bem como nós vamos reagir, porque é importante nós estamos a falar do nosso concelho, mas ás vezes parece que estamos aqui a falar como se isto fosse "uma ilha no meio do mar", sem ver o que se passa em volta, nas dificuldades financeiras dos outros concelhos, nos empréstimos, nas

dificuldades sociais e eu queria e tenho a certeza que nós vamos naturalmente ultrapassar as dificuldades como dizia o senhor Presidente da Assembleia, esperando que seja melhor do que aquilo que se espera, ou que nós pensamos que irá ser, porque se assim for, vai ser um ano difícil, mas eu continuo a ter confiança no trabalho que foi feito por todos e particularmente ao nível das Juntas de Freguesia, ao nível das instituições de solidariedade social, ao nível do próprio Governo, naturalmente com os apoios que dá. Acho que temos condições para passar o próximo ano, ou pelo menos encará-lo de uma forma mais tranquila. Bom Natal para todos. Muito obrigado.----------
---

Em seguida o senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- O exmo público querendo intervir, sobre a matéria específica do orçamento.----------
---

Entrou-se no Período de Intervenção do Público. ----------

4- Período de Intervenção do Público (Parte II)

Interveio o **munícipe Jorge Gonçalves**, e disse:----------
- Boa noite a todos. Presumo que a minha intervenção não tem a ver realmente com aquilo que se passou aqui, é só uma para preparar para a próxima.----------
Já vim aqui uma série de vezes fazer uma pergunta, uma questão. Peço que sejam sinceros, céleres na resposta que me dão, quando eu perguntar a próxima vez -"quando é que o saneamento básico é concluído no Parragil?" data mais ou menos aproximada, qual é a

data prevista, mas a data para concluir, porque eu já ando aqui há 16 anos, ou 20, e tem que se acabar de uma vez, seja sobreiros, azinheiras, carrascos ou o que for. ----------
Nós temos todos que lutar pela mesma coisa.----------
Agora é assim, sobre a matéria de hoje, não quero que me respondam isso hoje, porque já que não é hoje que se pode falar disto.----------
Presumo o quão difícil será fazer um orçamento desta natureza, ainda para mais com umas verbas que eventualmente cada vez são mais deficitárias por parte do Governo.----------
Só quero falar em duas questões aqui que foram focadas, uma do deputado Hugo Nunes, que realmente os tempos de hoje não são os que eram antigamente, isso aí todos estamos certos.----------
Também queria dar uma palavra de apreço ao Executivo, porque não sei se na prática fará isto que está a dizer, mas se assim é, congratular-me por não mexer nas pessoas efectivamente e dar mais uma dica que é; se calhar promover um bocado a quota parte que eventualmente possa daí advir, promover o espírito de iniciativa. Eu sei que é difícil, que há muitas situações que estão ligadas ao Governo ou mesmo à Comunidade Europeia, mas promover para que realmente as pessoas no concelho de Loulé, possam sobressair e realmente sermos os pioneiros sempre como realmente concordo que sejamos, um concelho daqueles que estamos mais à frente um bocadinho, embora não sejamos bons, mas falta-nos se calhar esse tipo de iniciativas e de apoiar as pessoas, porque há muitas pessoas que se calhar se foram apoiadas, na agricultura, nos serviços, no turismo, na nossa serra que ninguém conhece do barrocal para ali e se calhar aí podemos ir lá. Eu geralmente sou do contra, mas digo-vos uma coisa, há coisas que temos que dar valor e temos que deixar os partidos de

lado. Vejo que as coisas de certa forma não têm andado como deve ser, porque o que eu me custa mais é ver aqui determinadas coisas que o PS defende como deve ser e toda a gente vê claramente que tem razão e o PSD está contra. O contrário também acontece, como no Governo e isso custa-me.----------
Acho que todos temos que dar muitas vezes a mão à palmatória. Eu sou o primeiro a reconhecer que este Executivo tem feito muita coisa boa, agora por favor, no Parragil saneamento básico e pedreiras, arranjem-me as coisas como deve ser, mas o saneamento básico, digam-me quando é que é cumprido! Porque eu e outras pessoas, precisamos e no Parragil é maior do que algumas freguesias do nosso concelho e as freguesias têm todas o seu lugar, todas merecem, mas nós também merecemos. Essa questão responda-me outra vez, não quero que respondam nada hoje, só quero desejar Feliz Natal, bom ano novo e que realmente a gente tenha mais prosperidade e o nosso concelho ainda evolua um bocadinho mais.----------
---
Senhoras e senhores deputados, muito obrigado pela vossa atenção, estão encerrados os nossos trabalhos. ----------
---

O Senhor Presidente da Assembleia deu como terminada a Sessão, e nada mais havendo a registar foi lavrada a presente acta, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.----------
---

---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

O Presidente da Assembleia Municipal _____

A Primeira Secretária _____

A Segunda Secretária _____